



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas

167ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Sessão virtual, 30 de setembro de 2020

CE167/FR
30 de setembro de 2020
Original: inglês

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Abertura da sessão	4
Assuntos relativos ao Regulamento	
Eleição da Mesa Diretora	4
Adoção da agenda	5
Assuntos do Comitê	
Eleição de dois membros para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração	5
Colaboração com agentes não estatais	5
Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS.....	6
Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2019	7
Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2019.....	9
Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS	11
Nomeação da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021	14
Assuntos administrativos e financeiros	
Relatório do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação correspondente a 2019	15
Assuntos relativos ao pessoal	
Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana.....	17
Intervenção do Representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS.....	20
Assuntos relativos aos Órgãos Diretores	
Datas propostas para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021.....	21
Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores em 2021	21
Assuntos de informação	
Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS): Lições aprendidas	23
Reforma da Governança da OPAS: Avaliação interna do processo de aprovação de projetos financiados por contribuições voluntárias	25
Empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas para o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	27
Outros assuntos	28
Encerramento da sessão	28

ÍNDICE (cont.)*Página***Resoluções e decisões****Resoluções**

CE167.R1:	Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS.....	29
-----------	-------------------------------------------------------------------	----

Decisões

CE167(D1):	Eleição da Mesa Diretora	30
CE167(D2):	Adoção da agenda.....	30
CE167(D3):	Eleição de dois membros para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração	30
CE167(D4):	Nomeação da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021	31
CE167(D5):	Datas da 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração.....	31
CE167(D6):	Datas da 168ª Sessão do Comitê Executivo	31
CE167(D7):	Datas do 59º Conselho Diretor, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas	31
CE167(D8):	Temas para a discussão na 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração	31
CE167(D9):	Temas para a discussão na 168ª Sessão do Comitê Executivo.....	32

Anexos

- Anexo A. Agenda
- Anexo B. Lista de documentos
- Anexo C. Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021: 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração
- Anexo D. Lista revisada de temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021: 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração
- Anexo E. Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021: 168ª Sessão do Comitê Executivo
- Anexo F. Lista revisada de temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021: 168ª Sessão do Comitê Executivo
- Anexo G. Lista de participantes

RELATÓRIO FINAL

Abertura da sessão

1. A 167ª Sessão do Comitê Executivo foi realizada em 30 de setembro de 2020. Devido às circunstâncias extraordinárias e sem precedentes suscitadas pela pandemia de COVID-19, a sessão foi realizada *on-line* por meio de uma plataforma de reunião virtual. Compareceram a essa sessão os representantes dos seguintes nove membros do Comitê Executivo eleitos pelo Conselho Diretor: Barbados, Brasil, Costa Rica, Cuba Equador, Estados Unidos da América, Haiti, México e Suriname. Os delegados dos Estados Membros, Estados Participantes, Membros Associados e Estados Observadores a seguir participaram como observadores: Argentina, Aruba, Canadá, Chile, Colômbia, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia e Venezuela.

2. O Sr. Jeffrey Bostic (Barbados, Presidente cessante do Comitê Executivo) abriu a sessão e saudou os participantes, oferecendo especial boas-vindas aos novos membros eleitos pelo recém-concluído 58º Conselho Diretor: Brasil, Cuba e Suriname.

3. A Dra. Carissa Etienne (Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana), também dando as boas-vindas a todos os participantes, destacou o importante papel do Comitê Executivo na assessoria e orientação a respeito de temas essenciais ao trabalho transparente, eficaz e eficiente da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) em apoio aos Estados Membros. Observou que, além de decidir as datas e temas das sessões dos Órgãos Diretores em 2021, o Comitê consideraria os temas que deveriam ter sido normalmente abordados pelos Órgãos Diretores no início do ano, mas que haviam sido adiados devido às circunstâncias relacionadas à pandemia de COVID-19.

Assuntos relativos ao Regulamento

Eleição da Mesa Diretora

4. Em conformidade com o Artigo 15 de seu Regulamento Interno, o Comitê Executivo elegeu os seguintes Estados Membros para servir como Mesa Diretora no período de setembro de 2020 a setembro de 2021 (decisão CE167 [D1]):

Presidente: Costa Rica (Sra. Adriana Salazar González)

Vice-Presidente: Haiti (Dr. Jean Patrick Alfred)

Relator: Equador (Sr. Fernando R. Jácome Gavilánez)

5. A Diretora da RSPA, Dra. Carissa Etienne, serviu como Secretária *ex officio* e a Diretora Adjunta, Sra. Mary Lou Valdez, como Secretária Técnica.

Adoção da agenda (documento CE167/1)

6. Em conformidade com o Artigo 9 de seu Regulamento Interno, o Comitê adotou, sem emendas, a agenda provisória preparada pela Diretora (decisão CE167[D2]).

Assuntos do Comitê***Eleição de dois membros para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração***

7. Em conformidade com o Artigo 45 de seu Regulamento, o Comitê elegeu Barbados e México para fazer parte do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração com o término dos mandatos de Belize e do Peru no Comitê Executivo. O Comitê agradeceu aos membros cessantes os serviços prestados (decisão CE167 [D3]).

Colaboração com agentes não estatais (documento CE167/2)

8. A Sra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica, RSPA) recordou que o Quadro de Colaboração com Agentes Não Estatais (FENSA, na sigla em inglês) havia sido adotado pela Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2016, e pelo Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em setembro de 2016, observando que o Conselho Diretor havia solicitado à Diretora que apresentasse anualmente um relatório ao Comitê Executivo sobre a implementação do Quadro pela RSPA. Informou ao Comitê que, conforme solicitado pelos Estados Membros da OPAS, a RSPA continuou cooperando com a Secretaria da OMS na implementação do FENSA, sempre levando em conta a Constituição e a condição jurídica da OPAS. O ponto focal da RSPA para o FENSA havia prestado sempre informações atualizadas aos funcionários sobre os procedimentos aplicáveis, havia oferecido treinamento e sessões informativas aos funcionários e havia fornecido orientação e apoio frequentes durante as fases iniciais da possível colaboração com agentes não estatais. Em 2019, a RSPA havia realizado mais de 200 ações de devida diligência e avaliações de risco de agentes não estatais e centenas de estudos simplificados de colaborações de baixo risco. Alguns exemplos foram incluídos no documento CE167/2.

9. A Sra. Jiménez enfatizou que a RSPA reconhecia o valor e os benefícios de trabalhar com agentes não estatais bem como suas contribuições para a saúde pública e para o cumprimento da missão da OPAS. Ela ressaltou que a OPAS tinha uma longa história de colaboração com esses agentes, a qual antecedia a existência do FENSA. Essa colaboração ocorria de várias formas, a saber, participando das reuniões uns dos outros, fazendo o trabalho de *advocacy*, intercambiando informações e trabalhando em conjunto em atividades de cooperação técnica — tudo em prol dos Estados Membros da OPAS.

10. Na discussão que se seguiu, foi observado que a RSPA havia introduzido um processo de devida diligência e avaliação de risco simplificado como parte da resposta à pandemia de COVID-19. Embora a necessidade de flexibilidade e inovação face à pandemia tenha sido reconhecida, foi enfatizado que a integridade e independência da OPAS deveriam ser preservadas. Mencionou-se também que a limitação dos recursos continuava sendo um problema para a implementação do FENSA, e pediu-se explicações à RSPA a respeito do que estava sendo feito para resolver essa situação. Chamou-se atenção para a necessidade de

se criarem mecanismos que facilitassem o treinamento do pessoal e garantissem que a cooperação com os agentes não estatais fosse benéfica e eficiente em relação aos custos. Também foi solicitado à RSPA que comentasse sobre as possíveis implicações regionais da avaliação inicial do FENSA pedida pela OMS em 2019 e as medidas que a RSPA pretendia tomar com base nas conclusões.

11. A Sra. Jiménez explicou que a Secretaria da OMS havia concluído seu exame da avaliação do FENSA recentemente, e que a RSPA esperava receber o relatório da Secretaria da OMS sobre a avaliação em janeiro de 2021, quando então determinaria se algum dos mecanismos da OPAS precisaria ser ajustado. Acrescentou que a RSPA havia apresentado relatórios e comentários sobre o trabalho de avaliação da OMS.

12. A Diretora afirmou que a RSPA havia tentado equilibrar a gestão de riscos com a garantia de que os agentes não estatais pudessem participar significativamente da Organização. Havia realizado avaliações rigorosas desses agentes e sido proativa na colaboração com aqueles que preenchiam os critérios para tanto de acordo com o FENSA. A RSPA aguardava com interesse examinar as recomendações da avaliação da OMS e estudar como poderiam ser aplicadas para melhorar a implementação do Quadro na OPAS.

13. O Comitê tomou nota do relatório.

Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS (documento CE167/3)

14. O Sr. Alberto Kleiman (Diretor, Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos, RSPA) apresentou o documento sobre este tema, explicando que, de acordo com o FENSA, a Diretora deveria informar anualmente o Comitê Executivo, por meio do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração (SPBA) sobre os agentes não estatais que tinham relações oficiais com a OPAS. Normalmente, o SPBA, após analisar a documentação relevante, fazia recomendações ao Comitê sobre a admissão de novos agentes não estatais que desejassem estabelecer relações oficiais com a Organização e sobre a continuidade das relações com organizações que já as haviam estabelecido. No entanto, como a 14ª Sessão do SPBA havia sido cancelada devido à pandemia de COVID-19, cabia ao Comitê Executivo considerar os pedidos de admissão de três agentes não estatais e analisar a colaboração com oito agentes não estatais para decidir se as relações oficiais seriam mantidas. O Sr. Kleiman informou que todos os agentes referidos haviam apresentado a documentação necessária e elaborado seus planos de trabalho para 2020-2022 e que a RSPA recomendava a continuação das relações oficiais com todos eles.

15. O Comitê Executivo procedeu a uma reunião privada para analisar as informações prestadas pela RSPA a respeito de cada agente não estatal que estava sendo considerado para o estabelecimento ou a continuação de relações oficiais. Depois de revisar essas informações, o Comitê Executivo decidiu aprovar o estabelecimento de relações oficiais entre a OPAS e os três agentes não estatais a seguir: American Heart Association, Basic Health International e Global Oncology.

16. O Comitê Executivo também decidiu aprovar a manutenção das relações oficiais entre a OPAS e os agentes não estatais a seguir: American Public Health Association,

American Society for Microbiology, Inter-American Association of Sanitary and Environmental Engineering, March of Dimes, Pan American Federation of Associations of Medical Schools, Pan American Federation of Nursing Professionals, United States Pharmacopeial Convention e World Association for Sexual Health.

17. O Comitê adotou a resolução CE167.R1, confirmando as decisões acima referidas.

Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2019 (documento CE167/4)

18. O Sr. Philip MacMillan (Gerente, Escritório de Ética, RSPA) apresentou o relatório anual do Escritório de Ética, observando que esse escritório desempenhava um papel fundamental na promoção de uma cultura de integridade, transparência e confiança. Informou que, em 2019, o Escritório havia recebido 211 consultas do pessoal, o maior número já recebido em um ano, representando um aumento de 37% em relação a 2018. Em sua opinião, a tendência ascendente indicava maior disposição do pessoal da RSPA de buscar orientação sobre questões éticas e confiança na qualidade da assessoria fornecida. Entre outras atividades, o Escritório havia realizado sessões de treinamento sobre comportamento ético adequado, conflitos de interesse, prevenção e detecção de fraudes, proteção para os denunciadores e assédio moral e sexual. Naquele momento, mais de 1.200 funcionários haviam concluído o curso obrigatório das Nações Unidas sobre a prevenção do assédio, assédio sexual e abuso de autoridade no local de trabalho.

19. No que diz respeito às políticas, o Sr. MacMillan informou que a nova e abrangente política anticorrupção e antifraude havia sido concluída em 2019 e estava nas etapas finais da revisão interna. As próximas medidas na agenda do Escritório de Ética seriam revisar a política da Organização de proteção as denunciadores, elaborar um código mais moderno de princípios e conduta éticos e implementar um plano de ação para abordar o assédio sexual no local de trabalho. O plano de ação se concentraria em fornecer treinamento regular obrigatório, promovendo um ambiente seguro e aberto onde o pessoal pudesse denunciar incidentes sem medo de retaliação, e em revisar a política da Organização para a prevenção do assédio no local de trabalho.

20. Na discussão que se seguiu, foi reconhecido o papel do Escritório de Ética na promoção de uma cultura de ética na OPAS. No entanto, foi salientado que várias questões recorrentes haviam sido levantadas no relatório, tais como conflitos de interesses e contratação de familiares. A RSPA foi instada a implementar as recomendações já proporcionadas a esse respeito, e o Escritório de Ética foi encorajado a continuar o trabalho de conscientização das políticas em matéria de comportamento ético. Foram solicitadas informações atualizadas sobre a situação naquele momento da política antifraude e anticorrupção bem como das atividades planejados pelo Escritório de Ética para aumentar a conscientização do pessoal sobre fraude.

21. Um delegado indagou se as 211 consultas recebidas incluíam vários pedidos de orientação pelos mesmos indivíduos e, em caso afirmativo, se o Escritório de Ética havia identificado tendências que poderiam ser abordadas por meio de treinamento ou comunicação com o pessoal. Ele mencionou uma queixa de retaliação por um supervisor,

que havia sido apresentada, e solicitou mais informações, inclusive como essa queixa havia sido tratada pelo Escritório de Ética e que medidas haviam sido tomadas pelo Escritório de Investigações.

22. Outro delegado observou que o Escritório de Ética havia reduzido as viagens às representações da OPAS/OMS nos países devido à situação financeira da Organização em 2019. Incentivou o Escritório de Ética a utilizar meios virtuais para as sessões de treinamento e reuniões individualizadas para o pessoal fora da Sede. Incentivou também a RSPA a reforçar o currículo na plataforma iLearn, particularmente para abordar questões éticas relacionadas ao teletrabalho, que havia se tornado mais comum devido à pandemia de COVID-19.

23. O Sr. MacMillan respondeu que os programas de treinamento do Escritório de Ética eram interativos — baseados na encenação de situações e narração de histórias — e, portanto, eram mais eficazes quando oferecidos pessoalmente. No entanto, no contexto da pandemia e do aumento do trabalho remoto associado, o Escritório de Ética estava reformulando os treinamentos para as plataformas virtuais. Quanto à política antifraude e anticorrupção, observou que se encontrava na etapa final de revisão e prestes a ser divulgada, acrescentando que a política seria respaldada por um programa de conscientização.

24. No que se refere às 211 consultas, explicou que a grande maioria havia sido apresentada por diferentes membros do pessoal, tanto na Sede como nas representações, embora fosse possível que algumas tivessem sido enviadas pelos mesmos indivíduos. Acrescentou que, de um modo geral, a tendência indicava uma maior disposição do pessoal para consultar o Escritório, a fim de garantir que suas ações estivessem em conformidade com as normas éticas; tendência essa que deveria ser encorajada. Salientou também que a transferência da função de investigação do Escritório de Ética para o Escritório de Investigações havia proporcionado ao Escritório de Ética a oportunidade de se concentrar em seu mandato fundamental que era a orientação e a proteção do pessoal.

25. Explicou em seguida que a queixa de retaliação dizia respeito a um membro do pessoal que havia procurado a assessoria do Escritório de Ética sobre um conflito interpessoal com um supervisor. Como resultado dessa consulta, o funcionário havia supostamente recebido uma avaliação de desempenho desfavorável. Esse caso havia impelido o Escritório a considerar a possibilidade de ampliar sua política sobre retaliação, que protegia naquele momento indivíduos que denunciavam condutas impróprias ou que cooperavam com uma investigação, mas não aqueles que consultavam o Escritório de Ética ou o Ombudsman. O caso em questão havia sido tratado principalmente pelo Escritório de Ética, mas posteriormente foi encaminhado ao Escritório de Investigações. Explicou que estavam sendo tomadas medidas para definir mais claramente a divisão de funções entre o Escritório de Investigações e o Escritório referente ao tratamento das queixas de retaliação.

26. A Diretora afirmou que, como a função investigativa havia sido transferida para o Escritório de Investigações em 2019, o Escritório de Ética naquele momento era capaz de se concentrar em seu mandato central de promover um ambiente de trabalho respeitoso, fornecer orientação ao pessoal e ampliar seus programas de treinamento e conscientização.

Ela observou que tinha havido um aumento considerável dos pedidos de orientação por parte do pessoal após as visitas do Escritório de Ética e do Ombudsman aos países. Esse fenômeno era bem-vindo, e a Direção Executiva continuaria a incentivar o pessoal a participar dos treinamentos e a aproveitar os serviços prestados pelo Escritório de Ética.

27. O Comitê Executivo tomou nota do relatório.

Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2019 (documento CE167/5)

28. O Sr. Alexander Lim (Investigador-Chefe, Escritório de Investigações, RSPA) explicou que o Escritório de Investigações, que tinha funções independentes, havia realizado sindicâncias para averiguar supostas irregularidades envolvendo o pessoal da RSPA ou atividades contratadas ou financiadas pela OPAS. Em 2019, o Escritório de Investigações havia examinado 68 denúncias sobre supostas irregularidades, encerrando 58 delas e continuando o processo das outras 10 no ano seguinte. Como secretaria do Comitê Permanente de Proteção de Recursos e Prevenção de Perdas, o Escritório de Investigações havia recebido 32 denúncias de fraude, furto, perda e dano de bens e equipamentos da OPAS, totalizando uma perda líquida de US\$ 65.866¹ à Organização. Mais da metade desse montante (\$39.130) resultava de seis casos de suposta fraude por parte de membros do pessoal da OPAS, e a maior parte dizia respeito a um único caso de fraude no plano de saúde.

29. Durante as investigações, o Escritório havia descoberto frequentemente problemas ou tendências merecedoras da atenção da Direção Executiva da RSPA, os quais lhe haviam sido encaminhados por cartas de observação. Em 2019, uma carta desse tipo havia assinalado uma possível brecha nas regras dos benefícios de viagem. Durante o período do relatório, o Escritório também havia realizado atividades de conscientização com mais de 400 membros do pessoal. Em 2019, não haviam sido apresentadas queixas de assédio sexual, o que poderia indicar a necessidade de uma maior conscientização, especialmente nas representações nos países.

30. No debate que se seguiu, os delegados receberam com bons olhos o relatório pormenorizado do Escritório de Investigações, observando com satisfação que um número cada vez maior de funcionários demonstrava confiança no Escritório e comunicava suspeitas de irregularidades. O nível de suposta fraude por parte do pessoal foi destacado como motivo de preocupação, e um delegado pediu que a RSPA tomasse medidas firmes para desencorajar esse tipo de comportamento. Outra delegada sugeriu que, em relatórios futuros, o número de queixas ou pedidos de apoio deveria ser desagregado pela categoria funcional dos autores. Um terceiro delegado pediu esclarecimentos a respeito do número de denúncias de suposta fraude recebidas pelo Escritório de Investigações, uma vez que haviam sido mencionadas 15 no parágrafo 21, e outras 32 no parágrafo 26 do relatório anual do Escritório de Ética. Observou que 14 denúncias de supostas irregularidades haviam sido categorizadas como “diversas” e solicitou mais informações a esse respeito.

¹ A menos que indicado de outra forma, todos os valores monetários neste documento são expressos em dólares dos Estados Unidos.

31. Expressou-se preocupação com a possível subnotificação de assédio sexual ou exploração sexual na RSPA. Uma delegada mencionou que, de acordo com o relatório das Nações Unidas de 2018 referente ao levantamento sobre assédio sexual (“Safe Space: Survey on Sexual Harassment”), 36% dos respondentes haviam sofrido assédio sexual nos últimos dois anos. Instou a Diretora a que garantisse a implementação das recomendações pertinentes do Auditor Externo, em especial a Recomendação 16, que solicitava à RSPA que assegurasse que uma cultura de tolerância zero fosse claramente comunicada pelos quadros superiores.² A esse respeito, outro delegado quis saber que medidas estavam sendo tomadas para exigir um treinamento obrigatório sobre assédio sexual e implementar avaliações de desempenho obrigatórias a fim de garantir a prestação de contas. O mesmo delegado manifestou preocupação a respeito dos recursos limitados do Escritório de Investigações e recomendou que o Escritório examinasse o recente relatório da unidade de inspeção conjunta do sistema das Nações Unidas sobre o progresso realizado para fortalecer a função de investigação.³

32. O Sr. Lim explicou que os 32 relatórios mencionados no parágrafo 26 diziam respeito à perda de *laptops* ou de outros equipamentos valiosos; esses casos, que haviam sido tratados no Comitê Permanente de Proteção de Recursos e Prevenção de Perdas, haviam resultado na perda líquida de \$65.866 para a Organização. Seis desses casos haviam sido investigados por supostas fraudes, nomeadamente o caso de fraude no plano de saúde. Esclareceu que as chamadas denúncias “diversas” de supostas irregularidades eram aquelas que não necessariamente exigiam investigação; em alguns casos, nem sequer diziam respeito à Organização, uma vez que o serviço de ajuda (*helpline*) do Escritório de Investigações também estava aberto ao público em geral. Embora o Escritório de Investigações não tivesse autoridade para investigar esses casos, muitas vezes oferecia orientações ou fazia encaminhamentos. Ele afirmou que mais informações sobre os temas diversos seriam incluídas em relatórios futuros. Por fim, informou que o Escritório de Investigações tinha conhecimento do relatório da unidade de inspeção conjunta da ONU e que pretendia utilizá-lo como guia para o trabalho planejado de atualização do protocolo de investigação.

33. A Diretora ressaltou seu compromisso de incorporar uma abordagem de tolerância zero ao assédio sexual na Organização, lembrando que uma de suas primeiras ações como Diretora havia envolvido um caso de assédio sexual que havia estado pendente durante bastante tempo. Ela reconheceu, no entanto, a necessidade de uma maior conscientização e treinamento para prevenir tanto o assédio sexual como a fraude. Salientou o fato de que, devido à separação das funções do Escritório de Ética e do Escritório de Investigações, este último havia tratado oportunamente mais casos, havia aumentado o número de investigações concluídas anualmente e contava com mais tempo para realizar treinamentos e conscientização. Também via com satisfação o aumento do número de denúncias de supostas irregularidades ao Escritório de Investigações por parte do pessoal, que percebia como um sinal de que a RSPA estava criando uma cultura de confiança, responsabilidade e respeito. Por último, salientou que o Escritório de Investigações dispunha naquele momento de dois

² Ver o Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2019. *Documento Oficial 360* (2020).

³ “Review of the state of the investigation function: progress made in the United Nations system organizations in strengthening the investigation function”. Documento JIU/REP/2020/1 (2020).

investigadores de tempo integral além de pessoal de apoio, acrescentando que a necessidade de mais recursos teria de ser ponderada em função do volume de trabalho e dos custos associados ao aumento do quadro de pessoal.

34. O Comitê Executivo tomou nota do relatório.

Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS (Documento CE167/6)

35. O Sr. Martin Guozden (Presidente, Comitê de Auditoria da OPAS) informou que o Comitê de Auditoria se reunira uma vez durante o período do relatório, em dezembro de 2019. Sua sessão de abril de 2020 havia sido cancelada devido às circunstâncias suscitadas pela pandemia de COVID-19. Depois de revisar a história e as funções do Comitê de Auditoria, o Sr. Guozden descreveu os temas examinados e resumiu as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria durante o período do relatório. Agradeceu à Diretora e ao pessoal da RSPA, bem como ao Auditor Externo, a cooperação e o apoio aos trabalhos do Comitê de Auditoria.

36. Ele informou que o Comitê de Auditoria havia feito três recomendações em sua 19ª Sessão, em dezembro de 2019, uma relativa ao Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS) e duas relacionadas ao Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES).⁴ No que se refere à primeira, após ter recebido informações atualizadas da RSPA sobre a situação do roteiro do PMIS e sobre o progresso alcançado em abordar recomendações anteriores referentes ao PMIS, o Comitê de Auditoria havia encerrado uma das recomendações em aberto e havia proposto que a reformulação dos modelos de dados financeiros fosse considerada prioritária e aplicada em todos os relatórios financeiros, inclusive aqueles utilizados nas operações diárias.

37. Com relação ao IES, o Comitê de Auditoria havia encerrado uma recomendação anterior após ter recebido uma explicação do Auditor Geral sobre a metodologia para selecionar as representações nos países a serem auditadas e os objetos de auditorias temáticas. O Comitê de Auditoria recomendou que o IES realizasse uma avaliação interna provisória da qualidade da auditoria, conforme exigido pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional do Instituto dos Auditores Internos, e que atualizasse sua Carta de modo a refletir a mudança do mandato no que se refere à avaliação. Em relação a esta última, o Sr. Guozden observou que o Comitê de Auditoria havia sido informado de que a função de avaliação estava sendo transferida para o Departamento de Planejamento e Orçamento, com vistas a assegurar que a avaliação fosse incluída no ciclo de planejamento da RSPA e a possibilitar que a RSPA utilizasse ativamente os resultados de futuras avaliações.

38. O Comitê de Auditoria também havia discutido os temas a seguir: segurança das tecnologias da informação (TI), investigação e avaliação de monitoramento do desempenho

⁴ Em 16 de julho de 2020, o Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) foi renomeado Escritório de Auditoria Interna (OIA), já que a função de avaliação anteriormente designada ao IES havia sido transferida para o Departamento de Planejamento e Orçamento (PBU).

de programas e orçamento. O Sr. Guozden salientou que a questão da segurança de TI era cada vez mais importante no contexto de trabalho remoto durante a pandemia.

39. Em conclusão, o Sr. Guozden informou que o Comitê de Auditoria havia examinado as medidas tomadas em relação a suas recomendações anteriores e constatado que a RSPA estava implementando as recomendações. No que se refere aos trabalhos futuros, em sua 20ª Sessão, em novembro de 2020, o Comitê planejava concentrar-se nos controles internos e auditoria interna, ética e na integridade, avaliação de projetos, governança e gestão de riscos, relatórios financeiros e auditoria externa e planejamento e orçamento da Organização.

40. Na discussão do relatório pelo Comitê Executivo, seus membros reconheceram a contribuição do Comitê de Auditoria para o fortalecimento da governança, transparência e prestação de contas e manifestaram apoio a suas recomendações. Expressou-se especial apoio às recomendações e sugestões do Comitê de Auditoria relativas à avaliação e gestão de riscos, controle interno, segurança cibernética, despesas de viagem e fraude. Considerou-se essencial fortalecer a gestão de riscos e o controle interno, a fim de proteger a Organização de riscos financeiros, legais e riscos a sua reputação.

41. Foi solicitado à RSPA que indicasse que medidas estavam sendo tomadas para resolver as preocupações levantadas pelo Comitê de Auditoria em relação à política e às despesas de viagem da Organização e para automatizar os processos de monitoramento do desempenho financeiro e programático que ainda eram realizados manualmente. Foi também solicitado que explicasse como seria mantida a independência da função de avaliação após sua transferência para o Departamento de Planejamento e Orçamento. A RSPA foi incentivada a emitir uma política antifraude e proporcionar treinamento para a conscientização sobre fraudes ao pessoal de toda a Organização. Foi considerado essencial dispor de procedimentos e pessoal para atender às queixas, especialmente de assédio sexual, de forma rápida, eficaz e profissional. Um delegado solicitou ainda informações adicionais sobre os pagamentos pendentes e a ação judicial relativa ao projeto Mais Médicos.

42. Tomou-se nota de que o Comitê de Auditoria pretendia propor emendas aos seus termos de referência e o Comitê de Auditoria foi incentivado a examinar o relatório sobre a auditoria e os comitês de auditoria e de supervisão⁵ da unidade de inspeção conjunta das Nações Unidas ao considerar as emendas. Foi pedido ao Sr. Guozden que comentasse o envolvimento do Comitê de Auditoria no apoio à implementação das recomendações do Auditor Externo sobre a elaboração de uma metodologia para monitorar os custos reais, as economias e as receitas, com base na justificativa financeira para a compra do edifício localizado no número 2121 Virginia Avenue, para simplificar as demonstrações financeiras da Organização a fim de fornecer informações estratégicas aos Órgãos Diretores e para analisar levantamento das condições dos bens imóveis a fim de avaliar os riscos, os custos futuros e as lições aprendidas com as novas formas de trabalho durante a pandemia e os possíveis impactos na demanda por espaço comercial.

⁵ Joint Inspection Unit. Review of audit and oversight committees in the United Nations system. Documento JIU/REP/2019/6 (2019).

43. O Sr. Guozden explicou que o Comitê de Auditoria normalmente examinava e discutia as recomendações do Auditor Externo em sua sessão de abril. Não havia sido possível fazê-lo em abril de 2020, uma vez que essa sessão havia sido cancelada, mas o Comitê de Auditoria planejava discutir as recomendações do Auditor Externo em sua sessão de novembro por vir. No que se refere à análise e gestão de riscos, ele observou que o Comitê de Auditoria receberia informações atualizadas em sua sessão de novembro sobre a implementação das recomendações por parte da RSPA. Também receberia um relatório sobre a transferência da função de avaliação para o Departamento de Planejamento e Orçamento. A este respeito, afirmou que o Comitê de Auditoria concordava com a preocupação do Comitê Executivo quanto à independência da função de avaliação.

44. No que se refere à política antifraude, o Sr. Guozden esclareceu que a abordagem do Comitê de Auditoria era analisar primeiro a política da Organização e, em seguida, examinar o protocolo que a RSPA estava seguindo na implementação da política. A mesma abordagem havia sido aplicada aos trabalhos do Comitê de Auditoria em relação a outros temas, como despesas de viagem e investigações. No que se refere à alteração dos termos de referência do Comitê, salientou que quaisquer alterações deveriam ser iniciadas e aprovadas pelos Órgãos Diretores.

45. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração, RSPA) afirmou que a RSPA havia adotado medidas em relação a muitas recomendações desde a 19ª Sessão do Comitê de Auditoria, em novembro de 2019, e que apresentaria informações atualizadas ao Comitê de Auditoria em sua 20ª Sessão, em novembro de 2020. Informou que, com a exceção de uma, todas as cinco recomendações relacionadas à auditoria interna das despesas de viagem de 2019 haviam sido implementadas e que a quinta estava na fase final de exame das políticas. Durante 2020, a RSPA havia implementado a primeira fase de um projeto de automatização da produção de demonstrações financeiras. A segunda e última fase seria concluída em 2021. O questionário para o exame da gestão de programas mais recente também foi automatizado, o que havia reduzido consideravelmente o trabalho manual associado a esse exercício. A RSPA continuaria a melhorar o nível de automatização em 2021. Um exame recente dos controles internos da Representação no Haiti havia verificado que todas as respectivas recomendações da auditoria haviam sido implementadas. Respondendo aos comentários sobre a compra do prédio da Virginia Avenue, o Sr. Anderson explicou que as informações sobre o impacto dessa compra seriam divulgadas aos Estados Membros como parte do relatório anual sobre o Fundo Mestre de Investimento de Capital apresentado ao Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração.

46. A Sra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica, RSPA) lembrou que a RSPA prestava informações ao Comitê de Auditoria duas vezes por ano a respeito da situação do projeto Mais Médicos, desde sua criação em 2013. A RSPA continuava a acompanhar de perto a situação de todas as contas a pagar pendentes desse projeto e estava naquele momento negociando diretamente com os Estados Membros envolvidos em sua implementação. Em relação à ação judicial, informou que se tratava de uma ação civil apresentada nos Estados Unidos em dezembro de 2018, após a conclusão do projeto e da participação da OPAS. Como o processo estava em andamento, ela não estava em liberdade de apresentar detalhes. No entanto, assegurou ao Comitê que a RSPA continuava a defender ativamente o caso e

continuará a informar os Estados Membros e o Comitê de Auditoria sobre a situação, conforme necessário.

47. A Diretora agradeceu ao Comitê de Auditoria o trabalho inestimável para garantir uma boa supervisão e uma gestão responsável dos recursos. Assegurou ao Comitê Executivo que a RSPA encarava com seriedade as recomendações dos diferentes órgãos de fiscalização e que continuaria garantindo que se desse atenção a todas as recomendações.

48. Quanto aos comentários sobre a avaliação, ela observou que havia dois níveis: a avaliação como parte do ciclo de planejamento e a avaliação como parte dos processos de supervisão independentes. Explicou que a necessidade de avaliação era geralmente identificada durante os exercícios de acompanhamento da implementação dos programas, realizados duas vezes por ano. De acordo com a abordagem vigente, cabia à entidade responsável pelo programa a organização e administração da avaliação, embora recebesse orientações e recomendações relativas a possíveis avaliadores da parte do IES. Quando a avaliação era concluída, o IES extraía as lições aprendidas e as disponibilizava *on-line*. A RSPA acreditava que essa abordagem não tinha um impacto suficiente no programa e na entidade avaliadas. Ao posicionar a função de avaliação no âmbito do Departamento de Planejamento e Orçamento, a RSPA considerava que poderia manter a mesma independência, mas garantir que as conclusões da avaliação fossem levadas em conta no ciclo de planejamento e que gerassem ações oportunas, permitindo assim que os programas e as entidades responsáveis produzissem de forma mais eficaz e eficiente de acordo com suas prioridades.

49. O Comitê tomou nota do relatório.

Nomeação da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021 (documento CE167/7)

50. O Dr. James Fitzgerald (Diretor, Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde, RSPA) lembrou que o Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde era conferido anualmente a um candidato que havia feito uma contribuição significativa a seu país de origem e/ou a toda a Região das Américas. Observou que o prêmio não havia sido conferido em 2020 devido às circunstâncias suscitadas pela pandemia de COVID-19.

51. De acordo com os procedimentos adotados pelo Comitê Executivo em sua 158ª Sessão, em 2016, a Comissão Julgadora deveria ser selecionada a cada ano na primeira sessão realizada pelo Comitê Executivo após a eleição de novos Membros pelo Conselho Diretor. A Comissão Julgadora seria formada pelo Presidente do Comitê Executivo e um representante e suplente de cada sub-região. Para a concessão do prêmio em 2021, a Diretora propôs a inclusão das quatro candidaturas recebidas em 2020 à lista de candidatos ao prêmio de 2021 bem como a apresentação de novas candidaturas por parte dos Estados Membros a partir de novembro de 2020. O prazo para o recebimento das candidaturas seria 31 de março de 2021. Cópias da documentação apresentada sobre os candidatos seriam enviadas aos membros da Comissão Julgadora o mais tardar 45 dias antes da data de abertura da 168ª Sessão do Comitê Executivo, a ter lugar em junho. A Comissão Julgadora então se

reuniria para considerar as informações sobre os candidatos nomeados e emitiria sua recomendação ao Comitê Executivo em sua 168ª Sessão.

52. A Presidente do Comitê Executivo afirmou que, como a Comissão Julgadora não se reuniu em 2020, propunha-se que os membros designados na 165ª Sessão do Comitê, a saber, Barbados, Costa Rica e Estados Unidos da América, continuassem a servir na Comissão Julgadora como delegados principais, e que os dois novos membros, Brasil e Equador, fossem designados para servir como suplentes, já que os suplentes designados em 2019, Belize e Peru, não eram mais Membros do Comitê Executivo.

53. O Comitê Executivo renomeou Barbados, Costa Rica e Estados Unidos como membros e nomeou Brasil e Equador como membros suplentes da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021 (decisão CE167 [D4]).

Assuntos administrativos e financeiros

Relatório do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação correspondente a 2019 (documento CE167/8)

54. O Sr. David O'Regan (Auditor Geral, Escritório de Auditoria Interna, RSPA) apresentou o relatório, que resumia o trabalho realizado pelo Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação (IES) em 2019, esboçando suas principais conclusões e emitindo um parecer geral sobre o ambiente de controle interno da RSPA. Mencionou que, conforme detalhado nos parágrafos de 41 a 45, o parecer geral do Escritório de Auditoria Interna (OIA) era que o sistema de controle interno era satisfatório para atender às necessidades da Organização. Havia, no entanto, margem para a melhoria da segunda linha de defesa — o monitoramento dos controles internos pela administração —, especialmente por meio das capacidades analíticas aprimoradas do sistema Workday.

55. Entre as principais atividades do Escritório de Auditoria Interna em 2019, o Sr. O'Regan relatou que a OIA havia realizado sete auditorias internas — três auditorias temáticas na sede da OPAS e quatro auditorias nacionais no Brasil, Equador, Honduras e Trinidad e Tobago —, nenhuma das quais classificada como insatisfatória. O OIA também havia continuado a prestar assessoria à administração, participando de várias comissões e grupos de trabalho, e havia prestado assessoria *ad hoc* à Diretora da RSPA sobre riscos emergentes.

56. A pedido dos Estados Membros, o relatório incluía informações sobre as recomendações de auditorias internas que estavam pendentes de implementação por mais de dois anos. Ele afirmou que, em dezembro de 2019, duas dessas recomendações continuavam pendentes. No geral, a taxa de implementação das recomendações de auditoria era de 88%, o que era compatível com anos anteriores e comparável à de outras organizações internacionais. Por fim, o Sr. O'Regan salientou que, no final de 2019, havia-se decidido transferir a função de avaliação do OIA para o Departamento de Planejamento e Orçamento, a fim de que estivesse mais vinculada ao ciclo de planejamento, conforme apresentado anteriormente neste relatório.

57. Na discussão que se seguiu, os delegados elogiaram o trabalho do Escritório de Auditoria Interna, comemoraram a ausência de resultados de auditoria interna insatisfatórios e manifestaram apoio a suas recomendações da auditoria interna. A Diretora foi convidada a apresentar informações atualizadas sobre as duas recomendações prioritárias pendentes e as razões para o atraso na implementação. Incentivou-se a RSPA a implementar oportunamente as recomendações da auditoria interna, em especial aquelas referentes à autorização de viagens de serviço e à centralização da aquisição de equipamento de TI, o que poderia gerar economia de custos para a Organização.

58. Foi manifestada preocupação com os possíveis riscos à segurança suscitados quando o pessoal da OPAS escolhia acomodações não indicadas durante as viagens de trabalho, supostamente para reter uma parcela maior do subsídio *per diem*. Um delegado enfatizou a necessidade de revisar as regras relevantes e priorizar a recomendação do OIA referente a esse problema. Outra sugestão seria reembolsar aos viajantes o custo real da hospedagem.

59. Instou-se que a RSPA tomasse medidas para melhorar a transparência nas transações de compras e na contratação de consultores, inclusive reduzindo a prática de contratar aposentados como consultores. Também se incentivou a RSPA a garantir a implementação de medidas firmes de gestão de riscos e conformidade nas representações da OPAS nos países. Buscou-se a perspectiva do OIA referente à transferência de suas funções de avaliação para o Departamento de Planejamento e Orçamento.

60. Em resposta, o Sr. O'Regan enfatizou que o OIA havia apresentado várias recomendações sobre as viagens a serviço, todas as quais haviam sido fechadas, já que o Escritório havia recebido provas satisfatórias da implementação. Observou, no entanto, que as viagens a serviço haviam sido reduzidas quase a zero nos últimos meses, devido às limitações financeiras impostas à RSPA e às circunstâncias suscitadas pela pandemia de COVID-19. Quando essa atividade voltasse ao normal, o OIA pretendia voltar a avaliar a situação, a fim de garantir a manutenção da implementação dessas recomendações.

61. No que diz respeito à transferência da função de avaliação, salientou que, embora não fosse convencional localizar essa função fora da entidade de supervisão interna, não chegava a ser inédito, inclusive no sistema das Nações Unidas. A consideração fundamental era a manutenção da independência e da objetividade da função, o que poderia ser alcançadas onde quer que fosse, desde que existisse um sistema adequado em vigor. No que diz respeito à implementação das recomendações, observou que o OIA fazia o acompanhamento de suas recomendações três vezes por ano. A própria Diretora presidia reuniões anuais para discutir cada recomendação pendente e incentivar sua rápida implementação. Do ponto de vista da auditoria interna, considerou que o acompanhamento das recomendações era eficaz e regular e se beneficiava do ambiente de apoio determinado pela Direção Executiva da RSPA.

62. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração, RSPA) acrescentou que várias medidas haviam sido tomadas em relação às viagens do pessoal. A primeira tinha sido exigir que qualquer requisição de viagem enviada fora do prazo estabelecido fosse aprovada por um membro da Direção Executiva, o que havia sido implementado com sucesso antes da pandemia e havia melhorado a conformidade. Outra medida tinha sido a contratação de uma

agência de viagens mundial por meio da qual os hotéis seriam reservados e pagos pela RSPA, em vez de reembolsar viajantes. Essa medida facilitaria a redução de custos e garantiria que os requisitos de segurança da hospedagem fossem respeitados.

63. No tocante à questão da gestão de riscos, explicou que um grupo de trabalho, composto por várias partes interessadas, inclusive o Assessor de Gestão de Riscos, havia sido formado para estabelecer um fluxo de trabalho automatizado para a gestão de projetos, que incorporaria um componente obrigatório de avaliação de riscos. Estavam sendo tomadas também várias medidas para melhorar o Programa de Gestão de Risco Institucional da Organização, tais como a atualização do registro de riscos para cada biênio. A versão vigente naquele momento desse registro incluía planos de mitigação de riscos obrigatórios e monitoramento de sua implementação. Além disso, foram adotadas medidas para desenvolver a capacidade referente à avaliação de riscos e tolerância ao risco.

64. A Diretora agradeceu o trabalho do Escritório de Auditoria Interna e a assessoria do Auditor Geral. Salientou que, nos últimos cinco anos, a RSPA havia avançado consideravelmente em termos de gestão de riscos. A Direção Executiva reunia-se anualmente para identificar os 10 maiores riscos enfrentados pela Organização e fazia um acompanhamento periódico para divulgar o progresso e identificar quaisquer medidas de mitigação de riscos a serem tomadas. No que se refere às duas recomendações de auditoria pendentes, confirmou que ambas seriam implementadas até o final de 2020.

65. O Comitê Executivo tomou nota do relatório.

Assuntos relativos ao pessoal

Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana (documento CE167/9)

66. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora, Departamento de Gestão de Recursos Humanos, RSPA) apresentou o relatório sobre a gestão de recursos humanos, que descrevia as ações realizadas para implementar a estratégia de recursos humanos da RSPA, conhecida como a estratégia para o pessoal, em 2019. Informou que em 2019 havia sido criado um comitê consultivo para analisar a estratégia e identificar o que precisava ser revisado para apoiar a implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. Resumindo o conteúdo do relatório, explicou que ele descrevia as avaliações do pessoal realizadas nas representações em Barbados, Brasil e Guatemala e o exercício de planejamento de recursos humanos executado para o biênio 2020-2021, o qual era especialmente relevante face à situação financeira prevista para o biênio. Entre as iniciativas realizadas na área de desenvolvimento do pessoal, destacou a fusão de programas de gestão, liderança e mentoria em um programa abrangente destinado a capacitar os líderes atuais e emergentes da RSPA.

67. A Dra. Barillas também informou que a RSPA havia adotado o modelo de competência da OMS, que serviria como fundamento para a gestão de recursos humanos baseada em competências. No primeiro trimestre de 2019, foi realizada uma pesquisa de engajamento do pessoal. Os resultados haviam sido divulgados a todos os funcionários e gerentes e serviriam de base para a elaboração de um plano de ação para cada departamento

e escritório. A fim de continuar os esforços para promover um ambiente de trabalho propício ao bem-estar do pessoal, a política de teletrabalho havia sido revista e havia sido oferecido aconselhamento em saúde mental para apoiar o pessoal durante o período de incerteza financeira que a Organização estava vivenciando. Todos os arquivos de recursos humanos haviam sido digitalizados e transferidos para um armazenamento na nuvem, o que havia possibilitado a continuidade da prestação de serviços aos funcionários em trabalho remoto durante a pandemia.

68. Concluiu fazendo referência à última parte do documento, que descrevia as medidas administrativas e disciplinares adotadas em caso de conduta imprópria do pessoal, e ao anexo, que apresentava estatísticas sobre o pessoal.

69. Na discussão do relatório pelo Comitê Executivo, os delegados receberam bem os esforços para ajustar a estratégia para o pessoal a fim de melhor apoiar a implementação do Plano Estratégico e para transformar os processos, as políticas e a cultura da Organização, garantindo que a OPAS estivesse preparada para cumprir seu propósito. Solicitou-se à RSPA mais informações sobre as recomendações formuladas pelo comitê consultivo para a implementação da estratégia para o pessoal e sobre as conclusões obtidas com a revisão das políticas e procedimentos de contratação de consultores. Também foram solicitadas informações adicionais sobre a situação da política de mobilidade geográfica e as iniciativas de incentivo à mobilidade entre a Sede da OPAS e os escritórios locais. A RSPA foi incentivada a adotar processos mais rigorosos e transparentes para o recrutamento de pessoal que não fosse funcionário e a implementar as alterações necessárias nas práticas de recrutamento, de modo a reduzir a dependência na recontração de aposentados.

70. Enfatizou-se que o pessoal era o ativo mais importante da Organização e salientou-se a necessidade de um plano de sucessão sólido. Tal plano foi considerado crucial para garantir a preservação da capacidade existente e da memória institucional após a aposentadoria dos funcionários. Vários delegados chamaram a atenção para a necessidade de haver um trabalho contínuo para alcançar a paridade de gênero, especialmente nas categorias profissionais de nível mais elevado. Incentivou-se a RSPA a implementar as recomendações do Auditor Externo sobre gestão de recursos humanos, em especial as relativas ao planejamento estratégico, recrutamento e contratação, treinamento e avaliação do desempenho. Além disso, instou-se a RSPA a tomar medidas para garantir o cumprimento dos requisitos de treinamento obrigatório, especialmente em relação a problemas como o assédio, para o qual deveria haver tolerância zero. Foram solicitadas informações sobre as medidas a serem tomadas em relação às recomendações do Auditor Externo sobre o fortalecimento da governança em matéria de recursos humanos por meio da prestação de informações aos Estados Membros de forma mais abrangente e clara e da preparação de informações sobre a gestão de recursos humanos e de dados de custos utilizando a funcionalidade do PMIS.

71. A Dra. Barillas explicou que, em resposta às recomendações do comitê consultivo e do Auditor Externo, havia sido proposta uma série de ações e medidas corretivas para adaptar a estratégia para o pessoal à realidade orçamentária da Organização e às prioridades correntes e futuras da cooperação técnica. Entre outras ações, a RSPA realizaria uma

avaliação das capacidades e competências do pessoal, com vistas a identificar lacunas na aprendizagem e necessidades de treinamento e a elaborar um plano de aprendizagem. A RSPA também adotaria medidas para reforçar o planejamento dos recursos humanos, não só para garantir que a composição do pessoal estivesse alinhada com as necessidades da Organização, mas também como base para o planejamento sucessório. No que se refere a este último, salientou que a RSPA estava trabalhando no planejamento sucessório para dois biênios, como parte do processo global de planejamento dos recursos humanos, identificando o pessoal que se aproximava da idade de aposentadoria e determinando quem teria de ser substituído e se o perfil do cargo precisaria ser alterado.

72. A RSPA também planejava criar um sistema de responsabilidade para garantir que todos os gerentes aplicassem boas práticas de recursos humanos, como avaliações de desempenho periódicas e monitoramento da participação do pessoal em cursos de treinamento obrigatórios. Em relação à contratação de consultores, a Dra. Barillas informou que uma política havia sido elaborada e estava em processo de aprovação. Quanto às medidas previstas para melhorar a prestação de informações aos Estados Membros sobre os recursos humanos, comentou que a RSPA planejava realizar uma avaliação comparativa dos métodos de medição dos resultados utilizados por outras organizações do sistema das Nações Unidas. No que se refere à paridade de gênero, afirmou que a revisão da estratégia para o pessoal incluiria a identificação de iniciativas para promover tanto a equidade de gênero como a paridade de gênero. Observou que a RSPA já tinha implementado políticas conducentes ao recrutamento e contratação de mulheres, como arranjos de teletrabalho e políticas abrangentes em matéria de licença maternidade e paternidade.

73. A Diretora afirmou que a RSPA havia lançado uma iniciativa de desenvolvimento organizacional, e como parte dela estava analisando uma série de temas relacionados à gestão dos recursos humanos, como os ajustes necessários para permitir que o pessoal executasse o Plano Estratégico e a modificação dos perfis para garantir que a OPAS continuasse preparada para cumprir seu propósito. A RSPA estava ciente de que era essencial ter um quadro funcional instruído, experiente e bem preparado e criar um ambiente de trabalho em que o pessoal pudesse atuar no nível mais alto de sua capacidade.

74. Em relação à paridade de gênero, ela observou que a RSPA havia identificado a necessidade de proporcionar aos funcionários do nível P4 treinamento gerencial e oportunidade de exercerem mais funções gestoras, a fim de prepará-los para se candidatarem a cargos P5, inclusive vagas de representação da OPAS/OMS. A RSPA estava trabalhando com a escola superior do pessoal do sistema das Nações Unidas para proporcionar esse treinamento e havia consultado a Associação de Pessoal da OPAS/OMS sobre o que seria necessário para permitir que mais mulheres estivessem representadas nos níveis P6, D1 e D2. Ela ressaltou, no entanto, que o número de cargos nesses níveis era limitado.

75. Explicou que, devido ao congelamento das novas contratações em resposta às restrições financeiras da Organização, a RSPA não havia conseguido preencher alguns cargos de prazo fixo, por conseguinte, havia aumentado sua dependência do pessoal associado, particularmente dos consultores. No entanto, a RSPA havia tomado medidas para reduzir, com o tempo, o número desses profissionais.

76. O Comitê tomou nota do relatório.

Intervenção do Representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS (documento CE167/10)

77. A Sra. Pilar Vidal (Representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS) iniciou sua intervenção expressando condolências a todas as famílias que haviam perdido um ente querido devido à COVID-19 e homenageando todos os trabalhadores das linhas de frente, que haviam mantido atividades essenciais durante a pandemia em todos os países da Região das Américas e do mundo. Reafirmou o compromisso do pessoal da RSPA para com a missão da Organização e salientou que o pessoal visava servir os Estados Membros, observando que haviam reorientado seus esforços, tanto para apoiar a resposta de emergência à COVID-19 como para continuar oferecendo cooperação técnica virtualmente.

78. Embora os desafios financeiros sem precedentes que a RSPA havia enfrentado tivessem sido atenuados pelos esforços dos Estados Membros para pagar suas contribuições fixas, na opinião da Associação de Pessoal, a crise não havia sido completamente resolvida. A Associação de Pessoal considerava necessário procurar oportunidades para otimizar as despesas e modernizar os processos de trabalho. Ao mesmo tempo, estaria atenta para que não ocorresse a precarização das condições de trabalho. A Sra. Vidal ressaltou que a OPAS não poderia ter alcançado sua reputação como o principal organismo de saúde pública da Região sem seu pessoal, que contribuía com seu profundo conhecimento e experiência para servir os Estados Membros. Fez um apelo para que os Estados Membros preservassem as capacidades da RSPA e assegurassem que a Organização pudesse emergir fortalecida da crise que enfrentava, de modo a poder continuar a responder às demandas correntes e futuras.

79. Observando que a Associação de Pessoal estava participando da iniciativa de desenvolvimento organizacional da RSPA, afirmou que a Associação de Pessoal concordava com as recomendações do Auditor Externo sobre a importância de melhorar a transparência e a prestação de contas na contratação de consultores e outros trabalhadores com contratos de curto prazo. A Associação de Pessoal também acreditava que o compromisso da Organização com a paridade e a diversidade de gênero deveria ser reforçado na revisão da estratégia para o pessoal. Ela acrescentou que a Associação de Pessoal considerava importante implementar um modelo de desenvolvimento profissional baseado em competências, promover o desenvolvimento de capacidade gerencial e de liderança e implementar uma estratégia ou programa de saúde mental para o pessoal, o que promoveria um maior bem-estar e melhoraria a motivação e o comprometimento do pessoal.

80. Na discussão que se seguiu, os Membros do Comitê Executivo afirmaram que os recursos humanos eram o recurso mais valioso de qualquer organização e expressaram sua gratidão pela dedicação irrestrita do pessoal ao trabalho da Organização, particularmente no contexto da pandemia de COVID-19. Foi sublinhada a importância de se contar com um mecanismo claro e transparente para a substituição do pessoal que se aposenta, assim como a necessidade de uma nova abordagem de treinamento, voltada para a sucessão de gerações e a transformação da Organização, a fim de responder à nova realidade criada pela pandemia.

81. A Sra. Vidal agradeceu aos Membros do Comitê Executivo por suas manifestações de apoio e gratidão ao pessoal.

82. A Diretora afirmou acreditar firmemente que o pessoal era o maior recurso da Organização. Declarou que a Direção Executiva da RSPA percebia a Associação de Pessoal como parceira importante e valorizava o conhecimento e a memória institucional de seus membros. A Direção Executiva solicitava a opinião da Associação de Pessoal sobre muitos assuntos tratados diariamente e recebia com satisfação suas contribuições. Ela era profundamente grata ao pessoal por seu trabalho árduo, particularmente durante a pandemia de COVID-19, e prometeu que a Direção Executiva continuaria a trabalhar com a Associação de Pessoal para garantir o bem-estar, o desenvolvimento da carreira e o progresso do pessoal.

83. O Comitê tomou nota do relatório.

Assuntos relativos aos Órgãos Diretores

Datas propostas para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021 (documento CE167/11)

15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração

84. O Comitê decidiu que a 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração seria realizada de 24 a 26 de março de 2021 (decisão CE167 [D5]).

168ª Sessão do Comitê Executivo

85. O Comitê decidiu realizar sua 168ª Sessão de 21 a 25 de junho de 2021 (decisão CE167 [D6]).

59º Conselho Diretor, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

86. O Comitê decidiu que o 59º Conselho Diretor, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, seria realizado de 20 a 24 de setembro de 2021 (decisão CE167 [D7]).

Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores em 2021 (documentos CE167/12 e CE167/13)

15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração

87. A Diretora apresentou a lista de temas propostos para a discussão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração durante sua 15ª Sessão (documento CE167/12), observando que os temas eram aqueles considerados habitualmente pelo Subcomitê.

88. Na discussão deste tema, foi sugerido que um relatório sobre a utilização dos fluxos de caixa do Fundo de Capital de Giro fosse acrescentado à agenda, em conformidade com a resolução CD58.R1, adotada pelo 58º Conselho Diretor. Essa resolução havia aprovado um

aumento do nível autorizado do Fundo de Capital de Giro e solicitado que a Diretora apresentasse regularmente relatórios aos Órgãos Diretores sobre o modo como o fluxo de caixa advindo do Fundo de Capital de Giro era coberto e as áreas programáticas que eram financiadas com recursos desse fundo.

89. O Comitê Executivo endossou a lista de temas constante do documento CE167/12, com o acréscimo do relatório sobre a utilização dos fluxos de caixa do Fundo de Capital de Giro (decisão CE167 [D8]).

168ª Sessão do Comitê Executivo

90. A Diretora chamou a atenção para o documento CE167/13, que enumerava os temas propostos para discussão pelo Comitê Executivo em sua 168ª Sessão, juntamente com as listas provisórias de temas para a discussão dos Órgãos Diretores em 2022 e 2023. Ela observou que quase todos os temas propostos eram habitualmente considerados pelo Comitê, alguns dos quais haviam sido inicialmente programados para discussão em 2020, mas foram adiados devido à pandemia de COVID-19. No âmbito dos assuntos relativos à política dos programas, houve uma série de novos temas relacionados com a resposta à pandemia e a era pós-COVID-19. Destacou, especificamente, a política de restabelecimento da capacidade de produção farmacêutica nas Américas, a estratégia e o plano de ação sobre o fortalecimento das funções de saúde pública, bem como a estratégia e o plano de ação em matéria de segurança sanitária. O plano de ação sobre saúde, meio ambiente e mudança do clima era outro tema altamente relevante naquele contexto. Salientou que uma nova política de igualdade de gênero na saúde havia sido proposta, já que a política anterior sobre esse tema datava de 2006. Por fim, observou que o plano de ação para a eliminação da malária estava sendo proposto após uma série de retrocessos nessa área.

91. Na discussão que se seguiu, vários delegados manifestaram preocupação com a proliferação de estratégias, planos de ação e documentos de políticas apresentados aos Órgãos Diretores para consideração. Ressaltou-se que o Plano Estratégico e a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas forneciam um mandato abrangente e que estratégias ou planos específicos não eram necessários para prestar assistência técnica. Foi também indicado que alguns assuntos propostos relativos à política dos programas já eram cobertos por planos vigentes.

92. Instou-se que a RSPA reconsiderasse os temas para os Órgãos Diretores em 2021 e a apresentasse uma agenda com maior ênfase na resposta à pandemia de COVID-19 e lições aprendidas. Uma delegada salientou que a RSPA havia concordado em criar um grupo técnico assessor, de acordo com uma recomendação feita durante o 58º Conselho Diretor, e sugeriu que o grupo poderia ser útil na revisão dos temas a serem discutidos e ajudaria a OPAS a operar de forma mais eficaz e eficiente.

93. Outra delegada recordou que, no 58º Conselho Diretor, a RSPA havia concordado em elaborar a definição do conceito de “risco institucional” como parte da iniciativa de reforma da governança referente a projetos de cooperação técnica financiados por

contribuições voluntárias.⁶ Sua delegação acreditava que os Estados Membros deveriam ter a oportunidade de considerar e contribuir para essa definição e, portanto, sugeriu que o tema informativo sobre as lições aprendidas com a reforma da governança da OPAS deveria se tornar um tema de política dos programas.

94. A Diretora confirmou que era verdade que muitas estratégias e planos haviam sido propostos à Direção Executiva da RSPA para os quais não eram necessariamente exigidos mandatos dos Órgãos Diretores. No entanto, em algumas áreas, era preciso contar com o compromisso dos Estados Membros para alcançar as metas estabelecidas no Plano Estratégico e nos planos de trabalho bienais. Afirmou que a RSPA revisaria a lista de temas propostos, levando em conta as sugestões. Ela mencionou que a RSPA havia concordado com a criação de um grupo técnico assessor, como solicitado, mas ressaltou que a responsabilidade de assegurar o funcionamento efetivo da OPAS cabia ao Diretor e à Direção Executiva da RSPA. Demonstrou preocupação com o fato de que a proposta de criação de um grupo técnico assessor poderia indicar que os Estados Membros considerassem que a liderança da RSPA não cumpria adequadamente essa responsabilidade.

95. A delegada que havia feito o comentário sobre o grupo técnico assessor esclareceu que o objetivo do grupo seria encontrar possíveis maneiras de melhorar a OPAS e torná-la mais eficiente. A criação do grupo não refletia qualquer falta de confiança na Diretora ou no pessoal da RSPA.

96. O Comitê Executivo endossou a lista de temas propostos constantes do documento CE167/13. Acordou-se que a RSPA revisaria a lista de temas de política de programas propostos para consideração (decisão CE167 [D9]).⁷

Assuntos de informação

Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS): Lições aprendidas (documento CE167/INF/1)

97. O Sr. Gerald Anderson (Diretor de Administração, RSPA) apresentou o relatório sobre as lições aprendidas com a implementação do PMIS, observando que cobria o período de fevereiro de 2015 a dezembro de 2019. Salientou que o relatório incluía um anexo pormenorizado, organizado com base nos quatro princípios orientadores fundamentais endossados pelos Estados Membros quando da aprovação do projeto do PMIS em 2010.⁸ Também mencionou que, embora o relatório indicasse que, até o final de 2019, a OPAS não havia estabelecido nenhum acordo de parceria com outras organizações das Nações Unidas, na verdade, ela tinha acordos formais com a OMS para o processamento de pedidos de reembolso do plano de saúde do pessoal e para a administração de processos de recrutamento. A RSPA e a Secretaria da OMS também tinham um acordo que possibilitava ao pessoal da RSPA ter acesso à intranet da OMS e vice-versa. Além disso, várias

⁶ Ver o documento CD58/7 e a resolução CD58.R3 (2020).

⁷ A lista de temas foi posteriormente revisada e apresentada pela Diretora aos Membros do Comitê Executivo em uma nota verbal circulada em dezembro de 2020. A lista de temas consta do Anexo F deste relatório.

⁸ Ver o documento CD50/7 e a resolução CD50.R10 (2010).

representações da OPAS/OMS nos países participavam e utilizavam serviços disponíveis por meio da rede de operações institucionais das Nações Unidas. Ademais, a RSPA divulgava as lições aprendidas com a implementação do PMIS à OMS e outras a organizações internacionais que estavam considerando a substituição de seus sistemas de informação para a gestão.

98. Destacando alguns dos benefícios resultantes da implementação do PMIS, o Sr. Anderson observou que o número de cargos de prazo fixo em departamentos administrativos havia diminuído em 16%. Ele acrescentou que muitos dos benefícios proporcionados pelo PMIS advinham da migração para um sistema único e integrado, baseado na nuvem, que cobria a maioria dos processos administrativos, inclusive os processos contábeis. O PMIS proporcionava uma única fonte de dados que podia ser acessada com segurança de qualquer dispositivo em qualquer lugar. Esse recurso havia sido especialmente eficaz para a continuidade sem interrupções das atividades institucionais durante a pandemia de COVID-19. Um roteiro havia sido criado para implementar uma série de medidas de simplificação adicionais por intermédio do PMIS, o que deveria reduzir ainda mais a carga de trabalho dos processos administrativos.

99. O Sr. Anderson salientou que o PMIS também havia beneficiado os Estados Membros. Por exemplo, uma função implementada recentemente permitia que os ministérios da saúde tivessem acesso a dados do PMIS sobre a remessa de vacinas encomendadas por meio do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas. No que se refere aos custos, salientou que as principais despesas associadas à introdução de qualquer sistema de planejamento de recursos empresariais (ERP, na sigla em inglês) estavam ligadas à gestão de mudanças e treinamento do pessoal. No entanto, uma vez que o PMIS permitia a implementação contínua de novas funções, o processo de gestão de mudanças já havia sido institucionalizado, eliminando assim a necessidade de despesas pontuais consideráveis.

100. Na discussão que se seguiu, os delegados receberam com satisfação o relatório e as informações sobre os benefícios decorrentes da implementação do PMIS. No entanto, foi salientado que o relatório incluía poucas informações sobre a quantificação dos benefícios e poucos detalhes sobre as lições aprendidas com a implementação do sistema ou os próximos passos para aprimorá-lo. Foram solicitadas informações adicionais sobre as lições aprendidas identificadas na avaliação externa de 2019 do PMIS e sobre as recomendações resultantes dessa avaliação.

101. Foi sublinhada a necessidade de haver treinamentos constantes tanto do pessoal da sede como das representações nos países, especialmente para lidar com os ajustes contábeis, bem como a necessidade de atenção a questões de segurança cibernética. A RSPA foi incentivada a implementar as recomendações dos avaliadores externos, do Auditor Geral da OPAS e do Auditor Externo quanto ao uso do PMIS para fortalecer os controles internos. Um delegado sugeriu que as funcionalidades do PMIS fossem mais usadas para melhorar a conformidade na gestão dos recursos humanos.

102. O Sr. Anderson, respondendo ao comentário sobre a quantificação de benefícios, disse que a RSPA havia elaborado um roteiro para a implementação de medidas de

simplificação e havia preparado um modelo de avaliação de inovação que lhe permitiria determinar quanto tempo de trabalho do pessoal havia sido economizado com as inovações introduzidas. As informações geradas como resultado dessas iniciativas seriam sistematizadas de modo a apresentar uma visão global do impacto do rendimento do PMIS em termos de recursos humanos dedicados aos processos administrativos. A RSPA poderia assim realizar uma avaliação mais pormenorizada do impacto do PMIS em 2021 e nos anos seguintes.

103. A RSPA também tinha um roteiro detalhado para a implementação das recomendações decorrentes da avaliação externa do PMIS em 2019, e muitas já haviam sido implementadas. Uma das principais havia sido o estabelecimento de um centro de serviços compartilhados em uma das representações, uma medida que tinha a possibilidade de gerar economias de custo e maior rendimento.

104. No que se refere à utilização do PMIS para fins de conformidade, observou que já estava em funcionamento um painel de controle de conformidade e que o processo mensal de certificação da conformidade estava plenamente operacional no PMIS. A RSPA continuava envidando esforços para acrescentar outras funcionalidades a fim de melhorar os processos de conformidade, de acordo com as recomendações dos vários órgãos de supervisão.

105. Observando que o pessoal havia sido treinado para lidar com os ajustes contábeis no PMIS, o Sr. Anderson explicou que tais ajustes eram feitos quando o financiamento esperado não chegava em tempo hábil e tornava-se necessário transferir despesas de uma conta para outra. Acrescentou que a maior parte desses ajustes dizia respeito a subsídios de contribuição voluntária e que, por conseguinte, poderia ser necessário trabalhar com os doadores para melhorar o calendário dos pagamentos. Em todo o caso, a RSPA procurava minimizar esses ajustes, uma vez que tinham de ser efetuados manualmente.

106. A Diretor afirmou que a RSPA continuaria a explorar e a expandir as capacidades do PMIS em benefício da Organização. Também se esforçaria por documentar as lições aprendidas de forma mais explícita. Mencionou que uma das lições aprendidas até o momento era a necessidade de atualização, treinamento e monitoramento contínuos.

107. O Comitê tomou nota do relatório.

Reforma da Governança da OPAS: Avaliação interna do processo de aprovação de projetos financiados por contribuições voluntárias (documento CE167/INF/2)

108. O Sr. Alberto Kleiman (Diretor, Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos, RSPA) apresentou o relatório, indicando que os projetos financiados por contribuições voluntárias desempenhavam um papel importante na consecução das metas estabelecidas no Plano Estratégico da OPAS. Ele também mencionou que a RSPA havia obtido importantes avanços na gestão de projetos e riscos, inclusive por meio do estabelecimento de um quadro de gestão de projetos, de procedimentos operacionais padrão para a gestão de projetos financiados por contribuições voluntárias, da política de

gestão de risco institucional da OPAS e da política atualizada sobre o processo de análise das contribuições voluntárias e contratos.

109. Por intermédio do Escritório de Auditoria Interna, a RSPA havia realizado uma avaliação interna dos processos de aprovação e supervisão dos projetos financiados por contribuições voluntárias. A avaliação salientou muitas estruturas e práticas de trabalho satisfatórias para a aprovação e gestão desses projetos e propôs seis recomendações para fortalecer os sistemas e processos vigentes. O Sr. Kleiman observou que as conclusões e recomendações de avaliação eram coerentes com várias iniciativas já em curso para fortalecer a gestão de projetos financiados por contribuições voluntárias e disse que a RSPA continuaria a estudar as recomendações e a preparar um plano para implementar as conclusões pertinentes da avaliação.

110. Os Membros do Comitê Executivo manifestaram apoio às recomendações apresentadas no relatório, que, juntamente com as recomendações do consultor independente⁹ e a resolução adotada pelo 58º Conselho Diretor sobre a reforma da governança,¹⁰ foram consideradas uma boa base para melhorar o processo de análise dos projetos financiados por contribuições voluntárias. Considerou-se que a implementação das recomendações reforçaria a transparência e a prestação de contas em relação às contribuições voluntárias e aos projetos por elas financiados, embora se tenha salientado que, até aquela data, não havia qualquer informação que indicasse apropriação indevida ou abuso na utilização de fundos relacionados a esses projetos. Foi sublinhado que, embora a RSPA já contasse com instrumentos para uma gestão de projetos mais eficaz, a utilização desses instrumentos deveria ser obrigatória em todos os níveis da Organização, a fim de dar resposta às preocupações suscitadas pelo Auditor Externo no que se refere à gestão dos riscos. Foi reafirmada a necessidade de se definir claramente o conceito de “risco institucional” (ver parágrafo 93 acima).

111. Uma delegada sugeriu que a RSPA buscasse a assessoria e as ideias dos Estados Membros sobre a implementação das recomendações e da resolução adotada pelo 58º Conselho Diretor, a fim de garantir sua execução efetiva e consoante com as preocupações dos Estados Membros. Outro delegado procurou obter informações sobre a forma como a RSPA implementaria a recomendação que sugeria uma função mais ampla para o Escritório de Investigações, especialmente face a disponibilidade limitada de recursos para tanto, tal como referido no relatório do Comitê de Auditoria.¹¹ Um terceiro delegado salientou que a possível necessidade de contratar pessoal adicional, juntamente com as recentes dificuldades financeiras da Organização e as medidas de austeridade pedidas pelos Estados Membros, poderia limitar a capacidade da RSPA de implementar as recomendações.

112. A RSPA foi convidada a prestar informações periodicamente aos Estados Membros sobre o progresso alcançado, as lições aprendidas e os desafios encontrados na implementação da iniciativa de reforma da governança. Foi salientado que os países

⁹ Ver documento CD58/7, Add. I (2020).

¹⁰ Resolução CD58.R3 (2020).

¹¹ Documento CE167/6 (2020).

envolvidos na execução dos projetos financiados por contribuições voluntárias deveriam ser atualizados ao longo do processo de aprovação, execução e avaliação desses projetos.

113. O Sr. Kleiman ressaltou que a RSPA havia iniciado os trabalhos imediatamente após a adoção da resolução CE166.R9 do Comitê Executivo, a fim de implementar os elementos necessários para satisfazer os pedidos dos Estados Membros em matéria de reforma da governança. Ele explicou que um grupo de trabalho interno se reunia semanalmente para explorar como desenvolver e aprimorar ainda mais os vários mecanismos de gestão de riscos e projetos. Uma das tarefas do grupo era definir os critérios para identificar quais projetos precisavam ser examinados em termos de risco. O grupo também estava analisando como melhorar a conexão entre a gestão de projetos e a gestão de riscos e garantir que a avaliação de riscos fizesse parte do processo institucional de análise de todas as propostas de projeto. Uma lista de verificação e uma ferramenta *on-line* estavam sendo preparadas para essa finalidade. A RSPA também havia examinado e atualizado diversas políticas relacionadas à gestão de projetos, a fim de harmonizá-las com a estrutura de gestão de projetos adotada em 2018. Essas políticas estavam disponíveis na intranet da RSPA e eram conhecidas pelo pessoal, mas a RSPA estava tentando torná-las ainda mais visíveis e seu acesso mais fácil.

114. A Diretora salientou que a RSPA só havia recebido recentemente o relatório sobre a avaliação interna e, por conseguinte, não tinha condições de fornecer muitos detalhes sobre as medidas a serem tomadas com base nas conclusões. Assegurou ao Comitê que a RSPA pretendia avançar rapidamente para implementar as recomendações e as outras ações relacionadas com a reforma da governança e que forneceria informações adicionais em 2021. Acrescentou que, juntamente com os outros membros da Direção Executiva da RSPA, supervisionaria pessoalmente a implementação das recomendações.

115. O Comitê tomou nota do relatório.

Empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas para o Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (documento CE167/ INF/3)

116. O Dr. James Fitzgerald (Diretor, Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde, RSPA) lembrou que o Comitê Executivo havia adotado a resolução CESS1.R1 durante sua Sessão Especial, em maio de 2020. O Comitê havia desse modo autorizado um empréstimo de emergência de curto prazo, na quantia máxima de \$50 milhões, da conta de capital do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (Fundo Rotativo) para a conta de capital do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (Fundo Estratégico). A RSPA havia solicitado autorização para esse empréstimo a fim de satisfazer a demanda esperada de suprimentos médicos para a COVID-19 a serem adquiridos por intermédio do Fundo Estratégico. O documento CE167/INF/3 registrava a situação do empréstimo de emergência e as ações adotadas para apoiar os Estados Membros e facilitar o acesso a suprimentos cruciais.

117. O Dr. Fitzgerald observou que, a partir de 31 de agosto de 2020, medicamentos e provisões avaliados em um total de \$151 milhões haviam sido adquiridos em nome de

25 Estados Membros por intermédio do Fundo Estratégico, triplicando a utilização do Fundo em comparação com 2019. O aumento da utilização do Fundo Estratégico havia elevado o montante em sua conta de capital para \$24 milhões em 31 de agosto. Esse aumento, combinado com uma gestão efetiva da conta de capital, havia tornado desnecessário utilizar o empréstimo de emergência. No entanto, a concessão de empréstimos de emergência era um mecanismo importante que permitiria à RSPA atender possíveis necessidades urgentes dos Estados Membros no futuro.

118. O Comitê tomou nota do relatório.

Outros assuntos

119. Uma delegada solicitou que a RSPA organizasse uma reunião sobre a situação humanitária e sanitária na Venezuela com o Dr. Julio Castro, assessor de saúde da Assembleia Nacional da Venezuela. Dois delegados apoiaram a proposta, mas um delegado expressou firme oposição, salientando que era o Ministério da Saúde da Venezuela que se fazia representar na OPAS e que qualquer discussão sobre assuntos de saúde nesse país deveria, portanto, envolver o Ministério. Um quarto delegado manifestou apoio a uma reunião que permitisse a expressão de uma pluralidade de pontos de vista.

120. A Diretora afirmou que os Estados Membros deveriam ter cautela ao pedir a uma organização multilateral que organizasse uma reunião com um único orador representando um grupo político de um país em um contexto controverso. Ressaltou que tal reunião faria com que a OPAS perdesse credibilidade como uma organização imparcial e objetiva e colocaria em risco sua capacidade de trabalhar com todos os grupos da Venezuela em benefício do povo. A Organização poderia, no entanto, sediar uma reunião que permitisse ouvir as vozes da Assembleia Nacional e de outros atores na Venezuela e nos países vizinhos. Ela acautelou os Estados Membros da introdução de questões políticas em uma organização multilateral com foco específico na saúde. Embora tivesse compreendido as razões que levaram à solicitação, ressaltou que a OPAS deveria ser capaz de trabalhar com todos os países da Região para continuar a melhorar a saúde e o bem-estar dos povos das Américas.

121. Após a discussão, ficou acordado que a RSPA organizaria uma reunião incluindo uma variedade de porta-vozes para compreender melhor a situação da saúde na Venezuela e nos países vizinhos.

Encerramento da sessão

122. Após a troca habitual de cortesias, a Presidente declarou encerrada a 167ª Sessão.

Resoluções e decisões

123. As seguintes resoluções e decisões foram adotadas pelo Comitê Executivo em sua 167ª Sessão:

Resoluções

CE167.R1: Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS

A 167ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO,

Tendo considerado o Relatório *Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS* (Documento CE167/3);

Cientes das disposições do *Quadro de Colaboração com Agentes Não Estatais*, adotado pelo 55º Conselho Diretor mediante a Resolução CD55.R3 (2016), que governa as relações oficiais entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e tais entidades,

RESOLVE:

1. Renovar as relações oficiais entre a OPAS e os agentes não estatais a seguir por um período de três anos:
 - a) American Public Health Association;
 - b) American Society for Microbiology;
 - c) Inter-American Association of Sanitary and Environmental Engineering;
 - d) March of Dimes;
 - e) Pan American Federation of Associations of Medical Schools;
 - f) Pan American Federation of Nursing Professionals;
 - g) United States Pharmacopeial Convention; e
 - h) World Association for Sexual Health.

2. Conceder aos agentes não estatais a seguir o status de relações oficiais com a OPAS por um período de três anos:
 - a) American Heart Association;
 - b) Basic Health International; e
 - c) Global Oncology.

3. Solicitar à Diretora que:
 - a) informe os respectivos agentes não estatais das decisões tomadas pelo Comitê Executivo;

- b) continue desenvolvendo relações dinâmicas de trabalho com agentes não estatais interamericanos que sejam de interesse da Organização, nas áreas programáticas prioritárias adotadas pelos Órgãos Diretores para a OPAS;
- c) continue fomentando relações entre os Estados Membros e agentes não estatais atuantes na área da saúde.

(Primeira reunião, 30 de setembro de 2020)

Decisões

CE167(D1): Eleição da Mesa Diretora

Em conformidade com o Artigo 15 de seu Regulamento Interno, o Comitê Executivo elegeu os seguintes Estados Membros para servir como Mesa Diretora no período de setembro de 2020 a setembro de 2021:

Presidente:	Costa Rica
Vice-Presidente:	Haiti
Relator:	Equador

(Primeira reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D2): Adoção da agenda

Em conformidade com o Artigo 9 de seu Regulamento Interno, o Comitê Executivo adotou a agenda apresentada pela Diretora (Documento CE167/1).

(Primeira reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D3): Eleição de dois membros para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração

O Comitê Executivo elegeu Barbados e México para fazerem parte do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração.

(Primeira reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D4): Nomeação da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021

O Comitê Executivo nomeou Barbados, Costa Rica e Estados Unidos da América como membros e Brasil e Equador como membros suplentes da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021.

(Primeira reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D5): Datas da 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração

O Comitê Executivo decidiu que a 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração seria realizada de 24 a 26 de março de 2021.

(Segunda reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D6): Datas da 168ª Sessão do Comitê Executivo

O Comitê Executivo decidiu que a 168ª Sessão do Comitê Executivo seria realizada de 21 a 25 de junho de 2021.

(Segunda reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D7): Datas do 59º Conselho Diretor, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

O Executivo Comitê decidiu que o 59º Conselho Diretor, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, seria realizado de 20 a 24 de setembro de 2021.

(Segunda reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D8): Temas para a discussão na 15ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração

O Comitê Executivo endossou a lista de temas propostos para discussão por parte do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração (documento CE167/12) com o acréscimo de um relatório sobre a utilização dos fluxos de caixa do Fundo de Capital de Giro.

(Segunda reunião, 30 de setembro de 2020)

CE167(D9): Temas para a discussão na 168ª Sessão do Comitê Executivo

O Comitê Executivo endossou a lista de temas propostos para discussão por parte do Comitê Executivo em sua 168ª Sessão (documento CE167/13). Acordou-se que a RSPA revisaria a lista de temas de política de programas propostos para consideração.

(Segunda reunião, 30 de setembro de 2020)

EM TESTEMUNHO DO QUAL, a Presidente do Comitê Executivo, Delegada da Costa Rica, e a Secretária *ex officio*, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinam o presente Relatório Final no idioma espanhol.

FEITO em Washington, D.C., Estados Unidos da América, aos trinta dias de setembro de dois mil e vinte. A Secretária depositará os textos originais nos arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana. O Relatório Final será publicado na página eletrônica da Organização Pan-Americana da Saúde uma vez aprovado pela Presidência.

Adriana Salazar González
Presidente da 167^a Sessão
do Comitê Executivo
Delegada da Costa Rica

Carissa Etienne
Secretária *ex officio* da
167^a Sessão do Comitê Executivo
Diretora da
Repartição Sanitária Pan-Americana

AGENDA

- 1. ABERTURA DA SESSÃO**
 - 2. ASSUNTOS RELATIVOS AO REGULAMENTO**
 - 2.1 Eleição da Mesa Diretora
 - 2.2 Adoção da Agenda
 - 3. ASSUNTOS RELATIVOS AO COMITÊ**
 - 3.1 Eleição de dois Membros para integrar o Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração ao término do mandato no Comitê Executivo do Belize e Peru
 - 3.2 Colaboração com agentes não estatais
 - 3.3 Agentes não Estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
 - 3.4 Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2019
 - 3.5 Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2019
 - 3.6 Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
 - 3.7 Nomeação da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021
 - 4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**
 - 4.1 Relatório do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação correspondente a 2019
 - 5. ASSUNTOS DE PESSOAL**
 - 5.1 Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
 - 5.2 Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS
-

6. ASSUNTOS RELATIVOS AOS ÓRGÃOS DIRETORES

- 6.1 Datas propostas para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021:
- a) 15ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
 - b) 168ª Sessão do Comitê Executivo
 - c) 59º Conselho Diretor da OPAS, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
- 6.2 Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021:
- a) 15ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
 - b) 168ª Sessão do Comitê Executivo

7. ASSUNTOS DE INFORMAÇÃO

- 7.1 Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS): Lições aprendidas
- 7.2 Reforma da Governança da OPAS: Avaliação interna do processo de aprovação de projetos financiados por contribuições voluntárias
- 7.3 Empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública

8. OUTROS ASSUNTOS

9. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos de trabalho

CE167/1	Agenda
CE167/2	Colaboração com agentes não estatais
CE167/3	Agentes não Estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
CE167/4	Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2019
CE167/5	Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2019
CE167/6	Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
CE167/7	Nomeação da Comissão Julgadora do Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021
CE167/8	Relatório do Escritório de Supervisão Interna e Serviços de Avaliação correspondente a 2019
CE167/9	Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
CE167/10	Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS
CE167/11	Datas propostas para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021
CE167/12	Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021: 15ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
CE167/13	Temas propostos para as reuniões dos Órgãos Diretores da OPAS em 2021: 168ª Sessão do Comitê Executivo

Assuntos de informação

CE167/INF/1	Sistema de Informação para a Gestão da RSPA (PMIS): Lições aprendidas
-------------	-----------------------------------------------------------------------

Assuntos de informação *(cont.)*

- CE167/INF/2 Reforma da Governança da OPAS: Avaliação interna do processo de aprovação de projetos financiados por contribuições voluntárias
- CE167/INF/3 Empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública

**TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2021:
15ª SESSÃO DO SUBCOMITÊ PARA
PROGRAMAS, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Eleição da Mesa Diretora
2. Adoção da agenda

Assuntos relativos à política dos programas

3. Esquema do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023
4. Escala de contribuições fixas 2022-2023
5. Colaboração com agentes não estatais
6. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
7. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos administrativos e financeiros

8. Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2020
 9. Modificações do Regulamento Financeiro e das Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)
 10. Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023
 11. Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (se for o caso)
 12. Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
 13. Informações atualizadas sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital
-

Assuntos de informação geral

14. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
15. Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
16. Projeto da agenda provisória para a 168ª Sessão do Comitê Executivo

**LISTA REVISADA DE TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2021:
15ª SESSÃO DO SUBCOMITÊ PARA
PROGRAMAS, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Eleição da Mesa Diretora
2. Adoção da agenda

Assuntos relativos à política dos programas

3. Esquema do orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023
4. Escala de contribuições fixas 2022-2023
5. Colaboração com agentes não estatais
6. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
7. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos administrativos e financeiros

8. Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2020
 9. ~~Modificações do Regulamento Financeiro e das Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)~~
 9. Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023
 10. Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana ~~(se for o caso)~~
 11. Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
 12. Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital
 13. Atualização sobre o Fundo de Capital de Giro *(resolução CD58.R1 [2020])*
-

Assuntos de informação geral

14. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
15. Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
16. Projeto da agenda provisória para a 168ª Sessão do Comitê Executivo

**TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2021:
168ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Adoção da agenda e do programa de reuniões
2. Representação do Comitê Executivo no 59º Conselho Diretor da OPAS, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
3. Projeto de agenda provisória do 59º Conselho Diretor da OPAS, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

Assuntos do Comitê

4. Relatório sobre a 15ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
5. Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021
6. Colaboração com agentes não estatais
7. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
8. Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2020
9. Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2020
10. Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
11. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos relativos à política de programas

12. Projeto de Orçamento por Programas da OPAS 2022-2023
 13. Escala de contribuições fixas 2022-2023
 14. Política para reconstruir a capacidade de produção farmacêutica na Região das Américas
 15. Política sobre a igualdade de gênero em saúde
 16. Estratégia e plano de ação sobre o fortalecimento das funções da saúde pública
-

Assuntos relativos à política de programas (*cont.*)

17. Estratégia e plano de ação sobre a segurança sanitária
18. Plano de ação sobre saúde, meio ambiente e mudança climática 2021-2030
19. Plano de ação para a eliminação da malária
20. Plano de ação para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis

Assuntos administrativos e financeiros

21. Relatório sobre a arrecadação das contribuições fixas
22. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2020
23. Modificação do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)
24. Nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023
25. Relatório do Escritório de Auditoria Interna correspondente a 2020
26. Informações atualizadas sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Assuntos relativos ao pessoal

27. Modificação do Regulamento e Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (se for o caso)
28. Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
29. Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS

Assuntos de informação geral

30. Atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas
31. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
32. Lições aprendidas da Reforma da Governança da OPAS

Assuntos de informação geral (*cont.*)

33. Informe sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
34. Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
35. Relatório do Comitê Consultivo de Pesquisa em Saúde (se houver reunião em 2020)
36. Situação dos Centros Pan-Americanos (caso necessário)
37. Centros Colaboradores da OPAS/OMS (caso necessário)
38. Plano de ação para imunização: Relatório final (*resolução CD54.R8 [2015]*)
39. Plano de ação para a eliminação da malária 2016-2020: Relatório final (*resolução CD55.R7 [2016]*)
40. Plano de ação para a prevenção e o controle do HIV e de infecções sexualmente transmissíveis 2016-2021: Relatório final (*resolução CD55.R5 [2016]*)
41. Plano de ação para a resistência antimicrobiana: Relatório final (*resolução CD54.R15 [2015]*)
42. Saúde e turismo: Relatório final (*resolução CD49.R20 [2009]*)
43. Plano de ação sobre saúde mental: Relatório final (*resolução CD53.R7 [2014]*)
44. Poluentes orgânicos persistentes: Relatório final (*resolução CD41.R1 [1999]*)
45. Pandemia de gripe: preparação no Hemisfério Ocidental: Relatório final (*resolução CD44.R8 [2003]*)
46. Coordenação da assistência humanitária internacional em saúde em caso de desastres: Relatório final (*resolução CSP28.R19 [2012]*)

Assuntos de informação geral (cont.)

47. Saúde, segurança humana e bem-estar: Relatório final
(*resolução CD50.R16 [2010]*)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos

48. Plano de ação sobre recursos humanos para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde 2018-2023: Relatório de progresso
(*resolução CD56.R5 [2018]*)
(*resolução CD52.R13 [2013]*)
(*resolução CD45.R9 [2004]*)
49. Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central: Relatório de progresso
(*resolução CD52.R10 [2013]*)
50. Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher: Relatório de progresso
(*resolução CD54.R12 [2015]*)
51. Prevenção de violência e lesões e promoção da segurança: Apelo à ação na Região: Relatório de progresso
(*resolução CD48.R11 [2008]*)
52. Plano de ação para assegurar a sustentabilidade da eliminação do sarampo, rubéola e síndrome da rubéola congênita nas Américas 2018-2023: Relatório de progresso
(*resolução CSP29.R11 [2017]*)
53. Plano de ação sobre entomologia e controle de vetores 2018-2023: Revisão intermediária
(*resolução CD56.R2 [2018]*)
54. Cooperação para desenvolvimento da saúde nas Américas: Relatório de progresso
(*resolução CD52.R15 [2013]*)

Resoluções e outras ações das organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS

55. 74ª Assembleia Mundial da Saúde
56. Organizações Sub-regionais

Anexos

Anexo A

**TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2022:
170ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Adoção da agenda e do programa de reuniões
2. Representação do Comitê Executivo na 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
3. Projeto de agenda provisória da 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

Assuntos do Comitê

4. Relatório da 16ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
5. Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2022
6. Colaboração com agentes não estatais
7. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
8. Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2021
9. Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2021
10. Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
11. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos relativos à política de programas

12. Relatório preliminar da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021/Relatório final da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025
13. Saúde do homem: documento conceitual

Assuntos relativos à política de programas (cont.)

14. Estratégia sobre a equidade em saúde
15. Plano de ação para a saúde dos migrantes
16. Plano de ação para imunização
17. Plano de ação sobre saúde mental
18. Plano de ação para uma abordagem integrada a múltiplas doenças: HIV, tuberculose e hepatites virais
19. Plano de ação para o envelhecimento saudável

Assuntos administrativos e financeiros

20. Relatório sobre a arrecadação das contribuições fixas
21. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2021
22. Modificação do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)
23. Programação do excedente do orçamento (se for o caso)
24. Programação da receita excedente (se for o caso)
25. Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
26. Relatório do Escritório de Auditoria Interna correspondente a 2021
27. Informações atualizadas sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Assuntos relativos ao pessoal

28. Modificação do Regulamento e Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária (se for o caso)
29. Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária
30. Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS

Assuntos de informação geral

31. Processo para a eleição do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e nomeação do Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas
32. Orçamento por programas da OMS 2024-2025
33. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
34. Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
35. Relatório do Comitê Consultivo de Pesquisa em Saúde (se houver reunião em 2021)
36. Monitoramento das resoluções e mandatos da Organização Pan-Americana da Saúde
37. Estratégia e plano de ação sobre o uso de substâncias psicoativas e a saúde pública: Relatório final
(*resolução CD50.R2 [2010]*)
(*resolução CD51.R7 [2011]*)
38. Estratégia e plano de ação sobre a epilepsia: Relatório final
(*resolução CD51.R8 [2011]*)
39. Plano de ação para reduzir o uso prejudicial do álcool: Relatório final
(*resolução CD51.R14 [2014]*)
40. Estratégia e plano de ação para a saúde urbana: Relatório final
(*resolução CD51.R4 [2011]*)
41. Plano de ação para a redução do risco de desastres 2016-2021: Relatório final
(*resolução CD55.R10 [2016]*)
42. Acesso e uso racional de medicamentos e outras tecnologias em saúde estratégicas e de alto custo: Relatório final
(*resolução CD55.R12 [2016]*)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos

43. Plano de ação para prevenção e controle do câncer do colo do útero 2018-2030: Relatório de progresso
(*resolução CD56.R9 [2018]*)

Assuntos de informação geral (cont.)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos (cont.)

44. Plano de ação para a saúde da mulher, da criança e do adolescente 2018-2030:
Relatório de progresso
(*resolução CD56.R8 [2018]*)
45. Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde
2019-2023: Relatório de progresso
(*resolução CD57.R9 [2019]*)
46. Plano de ação para eliminar os ácidos graxos trans de produção industrial
2020-2025: Revisão intermediária
(*resolução CD57.R12 [2019]*)
47. Avaliação e Incorporação de Tecnologias em Saúde nos Sistemas de Saúde:
Relatório de progresso
(*resolução CSP28.R9 [2012]*)
48. Revisão da Taxa Cobrada para as Compras de Provisões de Saúde Pública
para os Estados Membros: Relatório de progresso
(*resolução CD52.R12 [2013]*)

Resoluções e outras ações das organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS

49. 75ª Assembleia Mundial da Saúde
50. Organizações Sub-regionais

Anexo B

**TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2023:
172ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Adoção da agenda e do programa de reuniões
2. Representação do Comitê Executivo no 60º Conselho Diretor da OPAS, 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
3. Projeto de agenda provisória do 60º Conselho Diretor da OPAS, 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

Assuntos do Comitê

4. Relatório sobre a 17ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
5. Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2023
6. Colaboração com agentes não estatais
7. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
8. Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2022
9. Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2022
10. Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
11. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos relativos à política de programas

12. Projeto de Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025
13. Escala de contribuições fixas 2024-2025

Assuntos administrativos e financeiros

14. Relatório sobre a arrecadação das contribuições fixas
15. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2022
16. Modificação do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)
17. Nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
18. Relatório do Escritório de Auditoria Interna correspondente a 2022
19. Informações atualizadas sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Assuntos relativos ao pessoal

20. Modificação do Regulamento e Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (se for o caso)
21. Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
22. Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS

Assuntos de informação geral

23. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
24. Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
25. Relatório do Comitê Consultivo de Pesquisa em Saúde (se houver reunião em 2022)
26. Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e ações pós-eliminação 2016-2022: Relatório final (*resolução CD55.R9 [2016]*)
27. Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo na Região das Américas 2018-2022: Relatório final (*resolução CSP29.R12 [2017]*)
28. Plano de ação para o fortalecimento das estatísticas vitais 2017-2022: Relatório final (*resolução CSP29.R4 [2017]*)

Assuntos de informação geral (cont.)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos

29. Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central:
Relatório de progresso
(*resolução CD52.R10 [2013]*)
30. Iniciativa da OPAS de eliminação de doenças: Política para um enfoque integrado e sustentável visando as doenças transmissíveis nas Américas:
Relatório de progresso
(*resolução CD57.R7 [2019]*)
31. Estratégia e plano de ação sobre doação e acesso equitativo a transplante de órgãos, tecidos e células 2019-2030: Relatório de progresso
(*resolução CD57.R11 [2019]*)
32. Estratégia e plano de ação para melhorar a qualidade da atenção na prestação de serviços de saúde 2020-2025: Revisão intermediária
(*resolução CD57.R13 [2017]*)
33. Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019-2025:
Relatório de progresso
(*resolução CD57.R14 [2019]*)

Resoluções e outras ações das organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS

34. 76ª Assembleia Mundial da Saúde
35. Organizações Sub-regionais

**LISTA REVISADA DE TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2021:
168ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Adoção da agenda e do programa de reuniões
2. Representação do Comitê Executivo no 59º Conselho Diretor da OPAS, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
3. Projeto de agenda provisória do 59º Conselho Diretor da OPAS, 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

Assuntos do Comitê

4. Relatório sobre a 15ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
5. Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2021
6. Colaboração com agentes não estatais
7. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
8. Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2020
9. Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2020
10. Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
11. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos relativos à política de programas

12. Projeto de Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023
 13. Escala de contribuições fixas 2022-2023
 14. ~~Política para reconstruir a capacidade de produção farmacêutica na Região das Américas~~
 15. ~~Política sobre a igualdade de gênero em saúde~~
-

Assuntos relativos à política de programas (cont.)

16. ~~Estratégia e plano de ação sobre o fortalecimento das funções da saúde pública~~
17. ~~Estratégia e plano de ação sobre a segurança sanitária~~
18. ~~Plano de ação sobre saúde, meio ambiente e mudança climática 2021–2030~~
19. ~~Plano de ação para a eliminação da malária~~
20. ~~Plano de ação para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis~~
14. Roteiro para a transformação digital do setor da saúde na Região das Américas
15. Política sobre a aplicação da ciência de dados na saúde pública usando inteligência artificial e outras tecnologias emergentes
16. Aumento da capacidade de produção de medicamentos essenciais e tecnologias em saúde
17. Uma Saúde: abordagem integral para o enfoque de doenças zoonóticas, resistência aos antimicrobianos, determinantes ambientais da saúde e inocuidade dos alimentos
18. Revigoração da imunização como um bem público para a saúde universal
19. Estratégia para a construção de sistemas de saúde resilientes e recuperação pós-COVID-19, garantindo a sustentabilidade e a proteção dos ganhos em saúde pública

Assuntos administrativos e financeiros

20. Relatório sobre a arrecadação das contribuições fixas
21. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2020
23. ~~Modificação do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)~~
22. Nomeação do auditor externo da OPAS para 2022-2023
23. Relatório do Escritório de Auditoria Interna correspondente a 2020

Assuntos administrativos e financeiros *(cont.)*

24. Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital
25. Atualização sobre o Fundo de Capital de Giro
(resolução CD58.R1 [2020])

Assuntos relativos ao pessoal

26. Modificação do Regulamento e Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana ~~(se for o caso)~~
27. Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
28. Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS

Assuntos de informação geral

29. Atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas
30. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
31. Lições aprendidas da Reforma da Governança da OPAS
32. Informe sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública
33. Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
35. ~~Relatório do Comitê Consultivo de Pesquisa em Saúde
(se houver reunião em 2020)~~
36. ~~Situação dos Centros Pan Americanos (caso necessário)~~
34. Centros Colaboradores da OPAS/OMS ~~(caso necessário)~~
35. Plano de ação para imunização: Relatório final
(resolução CD54.R8 [2015])
36. Plano de ação para a eliminação da malária 2016-2020: Relatório final
(resolução CD55.R7 [2016])
37. Plano de ação para a prevenção e o controle do HIV e de infecções sexualmente transmissíveis 2016-2021: Relatório final
(resolução CD55.R5 [2016])

Assuntos de informação geral (*cont.*)

38. Plano de ação para a resistência antimicrobiana: Relatório final
(*resolução CD54.R15 [2015]*)
- ~~42. Saúde e turismo: Relatório final
(*resolução CD49.R20 [2009]*)~~
39. Plano de ação sobre saúde mental: Relatório final
(*resolução CD53.R7 [2014]*)
40. Poluentes orgânicos persistentes: Relatório final
(*resolução CD41.R1 [1999]*)
41. Pandemia de gripe: preparação no Hemisfério Ocidental: Relatório final
(*resolução CD44.R8 [2003]*)
42. Coordenação da assistência humanitária internacional em saúde em caso de desastres: Relatório final
(*resolução CSP28.R19 [2012]*)
43. Saúde, segurança humana e bem-estar: Relatório final
(*resolução CD50.R16 [2010]*)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos

44. Plano de ação sobre recursos humanos para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde 2018-2023: Relatório de progresso
(*resolução CD56.R5 [2018]*)
(*resolução CD52.R13 [2013]*)
(*resolução CD45.R9 [2004]*)
45. Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central: Relatório de progresso
(*resolução CD52.R10 [2013]*)
46. Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher: Relatório de progresso
(*resolução CD54.R12 [2015]*)
47. Prevenção de violência e lesões e promoção da segurança: Apelo à ação na Região: Relatório de progresso
(*resolução CD48.R11 [2008]*)
48. Plano de ação para assegurar a sustentabilidade da eliminação do sarampo, rubéola e síndrome da rubéola congênita nas Américas 2018-2023: Relatório de progresso
(*resolução CSP29.R11 [2017]*)

Assuntos de informação geral (*cont.*)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos (*cont.*)

49. Plano de ação sobre entomologia e controle de vetores 2018-2023:
Revisão intermediária
(*resolução CD56.R2 [2018]*)
50. Cooperação para desenvolvimento da saúde nas Américas:
Relatório de progresso
(*resolução CD52.R15 [2013]*)

Resoluções e outras ações das organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS

51. 74^a Assembleia Mundial da Saúde
52. Organizações Sub-regionais

Anexos

Anexo A

**LISTA REVISADA DE TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2022:
170ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Adoção da agenda e do programa de reuniões
2. Representação do Comitê Executivo na 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
3. Projeto de agenda provisória da 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, 74ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

Assuntos do Comitê

4. Relatório da 16ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
5. Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2022
6. Colaboração com agentes não estatais
7. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
8. Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2021
9. Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2021
10. Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
11. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos relativos à política de programas

12. Relatório preliminar da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021/Relatório final da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025
13. Saúde do homem: documento conceitual

Assuntos relativos à política de programas (cont.)

14. Estratégia sobre a equidade em saúde
15. Plano de ação para a saúde dos migrantes
16. Plano de ação para imunização
17. Plano de ação sobre saúde mental
18. Plano de ação para uma abordagem integrada a múltiplas doenças: HIV, tuberculose e hepatites virais
19. Plano de ação para o envelhecimento saudável

Assuntos administrativos e financeiros

20. Relatório sobre a arrecadação das contribuições fixas
21. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2021
22. Modificação do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)
23. Programação do excedente do orçamento (se for o caso)
24. Programação da receita excedente (se for o caso)
25. Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
26. Relatório do Escritório de Auditoria Interna correspondente a 2021
27. Informações atualizadas sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Assuntos relativos ao pessoal

28. Modificação do Regulamento e Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária (se for o caso)
29. Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária
30. Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS

Assuntos de informação geral

31. Processo para a eleição do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e nomeação do Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas
32. Orçamento por programas da OMS 2024-2025
33. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
34. Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
35. Relatório do Comitê Consultivo de Pesquisa em Saúde (se houver reunião em 2021)
36. Monitoramento das resoluções e mandatos da Organização Pan-Americana da Saúde
37. Estratégia e plano de ação sobre o uso de substâncias psicoativas e a saúde pública: Relatório final
(*resolução CD50.R2 [2010]*)
(*resolução CD51.R7 [2011]*)
38. Estratégia e plano de ação sobre a epilepsia: Relatório final
(*resolução CD51.R8 [2011]*)
39. Plano de ação para reduzir o uso prejudicial do álcool: Relatório final
(*resolução CD51.R14 [2014]*)
40. Estratégia e plano de ação para a saúde urbana: Relatório final
(*resolução CD51.R4 [2011]*)
41. Plano de ação para a redução do risco de desastres 2016-2021: Relatório final
(*resolução CD55.R10 [2016]*)
42. Acesso e uso racional de medicamentos e outras tecnologias em saúde estratégicas e de alto custo: Relatório final
(*resolução CD55.R12 [2016]*)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos

43. Plano de ação para prevenção e controle do câncer do colo do útero 2018-2030: Relatório de progresso
(*resolução CD56.R9 [2018]*)

Assuntos de informação geral (cont.)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos (cont.)

44. Plano de ação para a saúde da mulher, da criança e do adolescente 2018-2030:
Relatório de progresso
(resolução CD56.R8 [2018])
45. Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde
2019-2023: Relatório de progresso
(resolução CD57.R9 [2019])
46. Plano de ação para eliminar os ácidos graxos trans de produção industrial
2020-2025: Revisão intermediária
(resolução CD57.R12 [2019])
47. Avaliação e Incorporação de Tecnologias em Saúde nos Sistemas de Saúde:
Relatório de progresso
(resolução CSP28.R9 [2012])
48. Revisão da Taxa Cobrada para as Compras de Provisões de Saúde Pública
para os Estados Membros: Relatório de progresso
(resolução CD52.R12 [2013])

Resoluções e outras ações das organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS

49. 75ª Assembleia Mundial da Saúde
50. Organizações Sub-regionais

Anexo B

**LISTA REVISADA DE TEMAS PROPOSTOS PARA AS REUNIÕES
DOS ÓRGÃOS DIRETORES DA OPAS EM 2023:
172ª SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO**

Assuntos relativos ao Regulamento

1. Adoção da agenda e do programa de reuniões
2. Representação do Comitê Executivo no 60º Conselho Diretor da OPAS, 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas
3. Projeto de agenda provisória do 60º Conselho Diretor da OPAS, 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas

Assuntos do Comitê

4. Relatório sobre a 17ª Sessão do Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
5. Prêmio OPAS à Gestão e Liderança nos Serviços de Saúde 2023
6. Colaboração com agentes não estatais
7. Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
8. Relatório anual do Escritório de Ética correspondente a 2022
9. Relatório anual do Escritório de Investigações correspondente a 2022
10. Relatório do Comitê de Auditoria da OPAS
11. Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

Assuntos relativos à política de programas

12. Projeto de Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025
13. Escala de contribuições fixas 2024-2025

Assuntos administrativos e financeiros

14. Relatório sobre a arrecadação das contribuições fixas
15. Relatório Financeiro do Diretor e Relatório do Auditor Externo correspondentes a 2022
16. Modificação do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (se for o caso)
17. Nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
18. Relatório do Escritório de Auditoria Interna correspondente a 2022
19. Informações atualizadas sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital

Assuntos relativos ao pessoal

20. Modificação do Regulamento e Estatuto do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (se for o caso)
21. Gestão de Recursos Humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
22. Intervenção do representante da Associação de Pessoal da OPAS/OMS

Assuntos de informação geral

23. Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
24. Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
25. Relatório do Comitê Consultivo de Pesquisa em Saúde (se houver reunião em 2022)
26. Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e ações pós-eliminação 2016-2022: Relatório final (*resolução CD55.R9 [2016]*)
27. Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo na Região das Américas 2018-2022: Relatório final (*resolução CSP29.R12 [2017]*)
28. Plano de ação para o fortalecimento das estatísticas vitais 2017-2022: Relatório final (*resolução CSP29.R4 [2017]*)

Assuntos de informação geral (cont.)

Relatórios de progresso sobre assuntos técnicos

29. Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central:
Relatório de progresso
(*resolução CD52.R10 [2013]*)
30. Iniciativa da OPAS de eliminação de doenças: Política para um enfoque integrado e sustentável visando as doenças transmissíveis nas Américas:
Relatório de progresso
(*resolução CD57.R7 [2019]*)
31. Estratégia e plano de ação sobre doação e acesso equitativo a transplante de órgãos, tecidos e células 2019-2030: Relatório de progresso
(*resolução CD57.R11 [2019]*)
32. Estratégia e plano de ação para melhorar a qualidade da atenção na prestação de serviços de saúde 2020-2025: Revisão intermediária
(*resolução CD57.R13 [2017]*)
33. Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019-2025:
Relatório de progresso
(*resolução CD57.R14 [2019]*)

Resoluções e outras ações das organizações intergovernamentais de interesse para a OPAS

34. 76ª Assembleia Mundial da Saúde
35. Organizações Sub-regionais

**LIST OF PARTICIPANTS/LISTA DE PARTICIPANTES
OFFICERS/MESA DIRECTIVA**

President / Presidente:	Lic. Adriana Salazar González (Costa Rica)
Vice-President / Vicepresidente:	Dr. Jean Patrick Alfred (Haiti)
Rapporteur / Relator:	Lic. Fernando R. Jácome Gavilánez (Ecuador)

**MEMBERS OF THE EXECUTIVE COMMITTEE /
MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO**

BARBADOS

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Lt. Col. Hon. Jeffrey D. Bostic
Minister of Health and Wellness
Ministry of Health and Wellness
St. Michael

Delegates – Delegados

Dr. Kenneth George
Chief Medical Officer
Ministry of Health and Wellness
St. Michael

Dr. Anton Best
Senior Medical Officer
Ministry of Health and Wellness
St. Michael

BRAZIL/BRASIL

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Sr. Eduardo Pazuello
Ministro de Estado da Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

Delegates – Delegados

Sr. Flávio Werneck Noce dos Santos
Assessor Especial para Assuntos
Internacionais de Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

Sr. Carlos Fernando Gallinal Cuenca
Conselheiro, Representante Alternado
do Brasil junto à Organização dos
Estados Americanos
Washington, D.C.

BRAZIL/BRASIL (cont.)

Delegates – Delegados (cont.)

Sr. Matheus Machado de Carvalho
Primeiro Secretário, Assesor da Divisão
de Cidadania do Ministério de Relações
Exteriores
Rio de Janeiro

Sra. Cristina Alexandre
Primeira Secretária, Chefe da assessoria de
Assuntos Internacionais em Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

Sra. Maria Clara de Paula Tusco
Primeira-Secretária, Representante Alternado
do Brasil junto à Organização dos
Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Indira Meira Gonçalves
Assessora para Assuntos Multilaterais
Ministério da Saúde
Brasília

Sra. Mariana Darvenne
Analista Técnica
Assuntos Multilaterais da Assessoria de
Assuntos Internacionais
Ministério do Saúde
Brasília

COSTA RICA

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Lic. Adriana Salazar González
Jefe de Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud
San José

**MEMBERS OF THE EXECUTIVE COMMITTEE /
MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO (cont.)**

COSTA RICA (cont.)

Delegates – Delegados

Dra. Andrea Garita Castro
Directora de Planificación
Ministerio de Salud
San José

Sr. Antonio Alarcón Zamora
Ministro Consejero, Representante Alterno
de Costa Rica ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

CUBA

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Dr. José Ángel Portal Miranda
Ministro de Salud Pública
Ministerio de Salud Pública
La Habana

Delegates – Delegados

Dra. Marcia Cobas Ruiz
Viceministra de Salud
Ministerio de Salud Pública
La Habana

Dr. Néstor Marimón Torres
Director de Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud Pública
La Habana

Sr. Dariel Quintana Fraga
Tercer Secretario
Embajada de Cuba
Washington, D.C.

ECUADOR

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Excmo. Sr. Carlos A. Játiva Naranjo
Embajador, Representante Permanente del
Ecuador ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

ECUADOR (cont.)

Delegates – Delegados

Lic. Fernando Roberto Jácome Gaviláñez
Director Nacional de Cooperación y
Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud Pública
Quito

Sr. Marco Ponce
Ministro, Representante Alterno del
Ecuador
ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

Lic. Luisa Albertina Noboa Paz y Miño
Analista de Cooperación y
Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud
Quito

Sr. Martín Tamayo
Analista Legal
Dirección del Sistema Interamericano
Ministerio de Relaciones Exteriores
y Movilidad Humana
Quito

HAITI/HAÏTÍ

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Dr Jean Patrick Alfred
Directeur de l'Unité de Planification
Ministère de la Santé publique et
de la Population
Port-au-Prince

Delegates – Delegados

H.E. Léon Charles
Ambassador, Permanent Representative of
Haiti to the Organization of American
States
Washington, D.C.

**MEMBERS OF THE EXECUTIVE COMMITTEE /
MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO (cont.)**

MEXICO/MÉXICO

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Mtro. Marcos Cantero Cortes
Titular de la Unidad de Análisis Económico
Secretaría de Salud
México, D.F.

Delegates – Delegados

Lic. Martha Leticia Caballero Abraham
Encargada de la Dirección General de
Relaciones Internacionales
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. José Gustavo Valle Mendoza
Subdirector de Gestión Interamericana
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Zulema Guerra Carpio
Jefa del Departamento para el Sistema
Interamericano
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Maite Narvaéz Abad
Segunda Secretaria, Representante Alterna
de México ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C

SURINAME

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Dr. Ritesh Dhanpat
Policy Advisor of the Minister of Health
Ministry of Health
Paramaribo

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA**

Head of Delegation – Jefe de Delegación

Hon. Alex M. Azar II
Secretary of Health
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)**

Delegates – Delegados

Mr. Garrett Grigsby
Director
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Mr. Nelson Arboleda
Director, Americas Office
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Mrs. Mara Burr
Director Multilateral Relations
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Nerissa Cook
Deputy Assistant Secretary
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Ted Faris
Acting Director
Office of Management, Policy,
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Carrie Filipetti
Deputy Assistant Secretary
Bureau of Western Hemisphere Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Adriana Gonzalez
Health Advisor
Office of Economic and Development
Assistance
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

**MEMBERS OF THE EXECUTIVE COMMITTEE /
MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO (cont.)**

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)**

Delegates – Delegados (cont.)

Mr. Joshua Hodges
Senior Deputy Assistant Administrator
Bureau for Latin America and the Caribbean
U.S. Agency for International Development
Washington, D.C.

Mr. Michael Kozak
Acting Assistant Secretary
Bureau of Western Hemisphere Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Colin McIff
Deputy Director
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Kristen Pisani
Director
Office of Economic and Development
Assistance
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Monique Wubbenhorst
Senior Deputy Assistant Administrator
Bureau for Global Health
U.S. Agency for International Development
Washington, D.C.

Mr. Jose Fernandez
Deputy Director for Global Health Security
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Brittany Hayes
Global Health Officer for Multilateral
Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)**

Delegates – Delegados (cont.)

Ms. Meghan Holohan
Senior Analyst
Bureau for Policy, Planning and Learning
U.S. Agency for International Development
Washington, D.C.

Ms. Mackenzie Klein
Global Health Officer
Office of the Americas
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Gabrielle Lamourelle
Deputy Director, Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Maya Levine
Senior Global Health Officer for
Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Marcela Lievano-Martinez
Global Health Officer
Office of the Americas
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Ella Nudell
Intern, Multilateral Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Leandra Olson
Senior Global Health Officer, Multilateral
Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**OTHER MEMBERS NOT SERVING IN THE EXECUTIVE COMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL COMITÉ EJECUTIVO**

ARGENTINA

Dra. Carla Moretti
Directora Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

Lic. Andrea Polach
Asesora
Dirección Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

CANADA/CANADÁ

His Excellency Hugh Adsett
Ambassador, Permanent Representative of
Canada to the Organization of American
States
Washington, D.C.

Mr. Nicolas Palanque
Director, Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Ms. Lucero Hernandez
Manager, Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Ms. Monica Palak
Senior Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Ms. Jennifer Izaguirre
Policy Analyst
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

CANADA/CANADÁ (cont.)

Mr. William Wang
Policy Analyst
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Ms. Charlotte McDowell
Senior Development Officer and Alternate
Representative of Canada to the
Organization of American States
Washington, D.C.

CHILE

Sra. Carolina Horta
Consejera, Representante Alterna de Chile
ante la Organización de los Estados
Americanos
Washington, D.C.

COLOMBIA

Dr. Fernando Ruíz Gómez
Ministro de Salud y Protección Social
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

Excmo. Sr. Alejandro Ordoñez Maldonado
Embajador, Representante Permanente de
Colombia ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

Sr. Gerson Bermont
Asesor, Despacho del Ministro
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

Sr. Luis Hernán Hincapié Matoma
Asesor, Coordinación de Asuntos Sociales
Dirección de Asuntos Económicos, Sociales
y Ambientales
Ministerio de Relaciones Exteriores
Bogotá

**OTHER MEMBERS NOT SERVING IN THE EXECUTIVE COMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL COMITÉ EJECUTIVO**
(*cont.*)

**DOMINICAN REPUBLIC/REPÚBLICA
DOMINICANA**

Excmo. Sr. Josué Fiallo
Embajador, Representante Alterno de
la República Dominicana ante la
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Lic. Dania Guzmán Sánchez
Directora de Planificación Institucional
Ministerio de Salud Pública
Santo Domingo

NICARAGUA

Excmo. Sr. Luis E. Alvarado Ramírez
Embajador, Representante Alterno de
Nicaragua ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

Dr. Christian Toledo
Director General de Vigilancia para la Salud
Ministerio de Salud
Managua

Sr. Arturo McFields
Primer Secretario, Representante Alterno
de Nicaragua ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

PANAMA/PANAMÁ

Dra. Ivette O. Berrío Aquí
Viceministra de Salud
Ministerio de Salud
Ciudad de Panamá

PARAGUAY

Lic. Cecilia Irazusta
Directora General Interina de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud Pública y
Bienestar Social
Asunción

PARAGUAY (*cont.*)

Sra. Lorena Patiño
Consejera, Representante Alternativa de
Paraguay ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

PERU/PERÚ

Dr. Víctor Cuba Ore
Director General
Oficina de Cooperación Técnica
Internacional
Ministerio de Salud
Lima

**SAINT KITTS AND NEVIS/SAINT KITTS
Y NEVIS**

Hon. Akilah Byron- Nisbett
Minister of Health et al.
Ministry of Health
Basseterre

Dr. Delores Stapleton-Harris
Permanent Secretary
Ministry of Health
Basseterre

SAINT LUCIA/SANTA LUCÍA

Senator Hon. Mary Issac
Minister for Health and Wellness
Ministry of Health and Wellness
Waterfront, Castries

**VENEZUELA (BOLIVARIAN REPUBLIC OF/
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE)**

Dr. Carlos Humberto Alvarado González
Ministro del Poder Popular para la Salud
Ministerio del Poder Popular para la Salud
Caracas

Dra. Marisela Bermúdez
Viceministra de Redes de Salud Colectiva
Ministerio del Poder Popular para la Salud
Caracas

**OTHER MEMBERS NOT SERVING IN THE EXECUTIVE COMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL COMITÉ EJECUTIVO**
(cont.)

**VENEZUELA (BOLIVARIAN REPUBLIC OF/
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE)** (cont.)

Dr. Julio Francisco Colmenares
Director de Relaciones Multilaterales
Oficina de Integración y Asuntos
Internacionales
Ministerio del Poder Popular para la Salud
Caracas

ASSOCIATE MEMBERS/MIEMBROS ASOCIADOS

ARUBA

Hon. Danguillaume Oduber
Minister of Tourism, Public Health and Sport
Ministry of Tourism, Public Health and Sport
Oranjestad

PUERTO RICO

Dr. Raúl G. Castellanos Bran
Coordinador de OPS/OMS
Departamento de Salud
Puerto Rico

**REPRESENTATIVES OF INTERGOVERNMENTAL ORGANIZATIONS/
REPRESENTANTES DE ORGANIZACIONES INTERGUBERNAMENTALES**

**Caribbean Public Health Agency/Agencia
de Salud Pública del Caribe**

Dr. Joy St. John

**Organisation of Eastern Caribbean
States/Organización de Estados del Caribe
Oriental**

Dr. Lydia Atkins

**REPRESENTATIVES OF NON-STATES ACTORS IN OFFICIAL RELATIONS
WITH PAHO / REPRESENTANTES DE ACTORES NO ESTATALES EN
RELACIONES OFICIALES CON LA OPS**

**Drug for Neglected Diseases Initiative/
Iniciativa Medicamentos para
Enfermedades Olvidadas**

Sr. Francisco Viegas Neves da Silva

**Latin American Society of Nephrology and
Hypertension/ Sociedad Latinoamericana
de Nefrología e Hipertensión**

Sra. María Carlota González Bedat

**Mundo Sano Foundation/
Fundación Mundo Sano**

Sr. Marcelo Abril

**SPECIAL GUESTS/
INVITADOS ESPECIALES**

**PAHO Audit Committee/
Comité de Auditoría de la OPS**

Mr. Martin Guozden

**PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION/
ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD**

**Director and Secretary ex officio of the
Conference/Directora y Secretaria ex
oficio de la Conferencia**

Dr. Carissa F. Etienne

**Advisors to the Director/Asesores de la
Directora**

Ms. Mary Lou Valdez
Deputy Director
Directora Adjunta

Dr. Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Assistant Director
Subdirector

**Advisors to the Director/Asesores de la
Directora (cont.)**

Mr. Gerald Anderson
Director of Administration
Director de Administración

Dr. Heidi Jiménez
Legal Counsel, Office of the Legal Counsel
Asesora Jurídica, Oficina del Asesor
Jurídico

Ms. Mônica Zaccarelli Davoli
Senior Advisor, Governing Bodies Office
Asesora Principal, Oficina de los Cuerpos
Directivos

- - -